

Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

TALITA DE CÁSSIA MARINE

O BINARISMO DOS PRONOMES

DEMONSTRATIVOS NO SÉCULO XX:

ESTE VS. AQUELE OU ESSE VS. AQUELE?

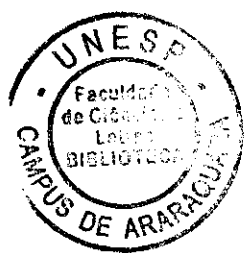
Araraquara

p/2571

2004

TALITA DE CÁSSIA MARINE

***O BINARISMO DOS PRONOMES
DEMONSTRATIVOS NO SÉCULO XX: ESTE VS.
AQUELE OU ESSE VS. AQUELE?***



Dissertação com vistas à obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Araraquara. Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa

0300074326



ORIENTADORA: PROFA. DRA. ROSANE DE ANDRADE BERLINCK

Araraquara

Marine, Talita de Cássia

O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX:
este vs. aquele ou esse vs. aquele? / Talita de Cássia Marine. –
2004

138 f. : 30 cm

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa)
– Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e
Letras, Campus de Araraquara.

Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

1. Lingüística histórica 2. Língua Portuguesa - Pronomes
demonstrativos. 3. Morfossintaxe I. Título.

2004
TALITA DE CÁSSIA MARINE

***O BINARISMO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS NO SÉCULO XX: ESTE VS.
AQUELE OU ESSE VS. AQUELE?***

Dissertação com vistas à obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Araraquara. Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa

Data de aprovação: 30/ 03/ 2004

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marymarcia Guedes
(FCL/CAr - UNESP)

Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Moraes
(FFLCH-USP)

Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
(orientadora)
(FCL/CAr - UNESP)

Aos meus pais, pelo incentivo, pelos conselhos e pela força que me dispensaram incondicionalmente.

A minha querida "vó Dilina", o ser humano mais belo e puro que eu conheço e que sempre me norteou com suas simples e sábias palavras.

Ao Cássio, meu querido amigo e namorado, pela atenção, incentivo, carinho e compreensão dedicados.

A Nicoli, minha afilhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por permitir e ter me concedido mais uma benção na minha vida.

Agradeço também a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, especialmente:

À Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck, minha orientadora, por ter sido extremamente atenciosa e dedicada durante todo o tempo em que trabalhamos juntas. Além disso, agradeço muito a ela pela paciência e pela confiança que sempre demonstrou ter por mim, principalmente em momentos em que problemas pessoais quase me fizeram desistir de concluir este trabalho.

À Profa. Dra. Marymarcia Guedes, minha eterna mestre, pessoa pela qual tenho profundo respeito e admiração. Obrigada por ter me "adotado" na graduação como sua orientanda, pois foi lá que tudo começou. Obrigada pelas "dicas", pelos conselhos e por toda atenção que sempre me dedicou. Sua ajuda foi essencial para a concretização deste trabalho.

Aos professores da Banca de Qualificação, a Profa. Dra. Clotilde de Azevedo Murakawa e a Profa. Dra. Marymarcia Guedes, pelos comentários e pelas sugestões.

Ao meu querido casal de amigos, Carina e Beto, que por inúmeras vezes me acolheu gentilmente em sua casa, em Araraquara.

A todos os amigos que me ajudaram a percorrer dezenas de "Sebos" na procura pelas revistas *Capricho* e *Grande Hotel*, principalmente ao Henrique e ao Cássio, meu namorado, pois esse trabalho não foi fácil!

À Poliana, pela amizade e companheirismo durante estes dois anos de pesquisa.

À Ana, bibliotecária da Unesp, à Rita Torres, secretária do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, pela compreensão e atenção de ambas em todos os momentos.

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Araraquara "Professor Rodolpho Telaaroli", bem como aos funcionários do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, pela atenção sempre constante.

À CAPES, pelo apoio financeiro a este trabalho, sem o qual dificilmente poderia ter sido realizado.

Ao Projeto Aspectos Morfossintáticos do Português Brasileiro, coordenado pelas professoras doutoras Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck, ao qual a presente pesquisa está vinculada, pois muito contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

***"Se o autor não se emociona com a sua própria criação,
difícilmente pode esperar que outros o façam. "***

(Charles Chaplin)

Neste trabalho apresentamos um estudo descritivo-comparativo dos demonstrativos *este*, *esse* e *aquela* conforme ocorrem na *língua oral escrita* de indivíduos paulistas, a partir de um *corpus* constituído por duas modalidades jornalísticas: jornais do século XIX e início do século XX, e revistas femininas do século XX.

Algumas pesquisas acerca do sistema pronominal dos demonstrativos, como as de Câmara Júnior (1970), Castilho (1978, 1993), Pavani (1987) e Roncarati (2003) apontam para um sistema binário, marcado pelo maior uso da forma *esse* no século XX. No entanto, em pesquisa acerca do sistema dos pronomes demonstrativos nos anúncios do século XIX e início do século XX constatei superior predominância da forma *este*.

Partindo do pressuposto de que o sistema dos pronomes demonstrativos do português do Brasil sofreu uma redução, deixando de ser ternário para tornar-se binário, no qual a verdadeira oposição entre os termos passa a ser *este/esse* vs. *aquela*, procuramos, além de identificar a forma vitoriosa entre as variantes de primeira (*este*) e segunda pessoas (*esse*), verificar quais são os possíveis motivos que levaram à redução do sistema, bem como o fenômeno motivador da forma vitoriosa.

Cabe observar que o uso das variantes *este* e *esse* foi analisado a partir das funções substantiva e adjetiva e da relação de referência entre os demonstrativos e os elementos extralingüísticos (referência exofórica), bem como entre os demonstrativos e os elementos do próprio discurso (referência endofórica).

Com o término do trabalho, pudemos concluir que o sistema dos pronomes demonstrativos está passando por um processo de especialização das formas em que temos a oposição *este* vs. *aquela* para marcar o uso dêitico, e *esse* vs. *aquela* para marcar o uso endofórico.

Palavras - chave: pronomes demonstrativos; referência; morfossintaxe; lingüística histórica; língua portuguesa; imprensa.

This work presents a comparative and descriptive study about the demonstrative pronouns *este*, *esse* (*this*) and *aquele* (*that*) as they are presented at the *written oral language* of paulistan individuals, from a *corpus* composed of two different means of news: newspapers from the 19th century and beginning of 20th, and women magazines from the 20th century.

Some researches about demonstrative pronouns, such as Câmara Júnior's (1970), Castilhos's (1978, 1993), Pavani's (1987) and Roncarati's (2003) rise to a binary system, marked by frequent use of *esse* (*this*) on the 20th century. Nevertheless, while researching about demonstrative pronouns in advertisements on the 19th and beginning of the 20th century, a predominance of the form *este* (*this*) was verified.

Assuming that demonstrative pronouns of Brazilian Portuguese suffered a reduction, changing from a threefold to a twofold system, in which the real opposition between the terms is now *este/esse* (*this*) vs *aquele* (*that*), we try not only to identify the triumphant form between the variants of the first (*este*) and second persons (*esse*), but also to verify which the possible reasons that led the system to be reduced are and as well the phenomenon responsible for the triumphant form.

It is important to mention that the use of the variants *este* and *esse* was analysed according to its syntactic function (substantive or adjective) and to the reference relation between the demonstrative pronouns and the extralinguistic elements (exophoric reference), or the elements of the speech itself (endophoric reference).

At the end of the study, we were able to conclude that the demonstrative pronouns system is going through a specialization process, where there is the opposition *este* vs *aquele* to indicate the deictic use, and *esse* vs *aquele* to indicate the endophoric use.

Key-words: demonstrative pronouns; reference; morphosyntax; historical linguistics; Portuguese language; press.

Gráfico 1 - Variação no uso das formas <i>este</i> e <i>esse</i> entre o século XIX e a década de 90 do século XX	101
Gráfico 2 - Variação percentual das formas <i>este</i> e <i>esse</i> no uso dêitico em função adjetiva	117
Gráfico 3 - <i>Este</i> vs. <i>Esse</i> em anáforas do tipo I, em função adjetiva	118
Gráfico 4 - <i>Este</i> vs. <i>Esse</i> em anáforas do tipo II, em função adjetiva	118
Gráfico 5 - <i>Este</i> vs. <i>Esse</i> em anáforas do tipo III, em função adjetiva	119
Gráfico 6 - Uso endofórico de <i>este</i> no século XIX e na década de 1990	119

Imagem 1 - Bomba 106

Imagem 2 - Ídolo 106

Imagem 3 - Boneco 107

Quadro 1 - Sinais conversacionais verbais, segundo Marcuschi (2003)	44
Quadro 2 - A representação lingüística, segundo Bühler	52
Quadro 3 - Formas variáveis e invariáveis	56
Quadro 4 - Os pronomes demonstrativos da língua portuguesa, segundo Rodrigues (1983)	63
Quadro 5 - A classificação das palavras, de acordo com Chaves de Mello (1971)	70
Quadro 6 - Função sintática e referência dos demonstrativos	72
Quadro 7 - O sistema dos pronomes demonstrativos no português arcaico, segundo Mattos e Silva (1989)	77
Quadro 8 - Sistema dos pronomes demonstrativos no português brasileiro do século XX	121

Tabela 1 - Percentual das ocorrências de <i>este</i> e <i>esse</i> entre o início do século XX e as décadas de 60/70 do mesmo século	102
Tabela 2 - Ocorrência das formas <i>este</i> e <i>esse</i> nas funções adjetiva e substantiva	104
Tabela 3 - Distribuição das formas <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função exofórica	105
Tabela 4 - Distribuição das formas <i>este</i> e <i>esse</i> segundo a função endofórica	108
Tabela 5 - Distribuição segundo a função endofórica das formas <i>este</i> e <i>esse</i> do século XIX à década de 1990.....	109

O primeiro capítulo trata da história da literatura brasileira, desde o período colonial até o século XIX, abordando a influência da literatura portuguesa e a formação da literatura brasileira. O segundo capítulo trata da literatura do século XIX, com ênfase no Romantismo e no Realismo. O terceiro capítulo trata da literatura do século XX, abordando o Modernismo e o Neorrealismo. O quarto capítulo trata da literatura contemporânea, com ênfase na poesia e no conto. O quinto capítulo trata da literatura brasileira no exterior, abordando a emigração literária e a influência da literatura estrangeira. O sexto capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O sétimo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O oitavo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O nono capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O décimo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira.

SUMÁRIO

O primeiro capítulo trata da história da literatura brasileira, desde o período colonial até o século XIX, abordando a influência da literatura portuguesa e a formação da literatura brasileira. O segundo capítulo trata da literatura do século XIX, com ênfase no Romantismo e no Realismo. O terceiro capítulo trata da literatura do século XX, abordando o Modernismo e o Neorrealismo. O quarto capítulo trata da literatura contemporânea, com ênfase na poesia e no conto. O quinto capítulo trata da literatura brasileira no exterior, abordando a emigração literária e a influência da literatura estrangeira. O sexto capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O sétimo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O oitavo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O nono capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira. O décimo capítulo trata da literatura brasileira no Brasil, abordando a recepção da literatura estrangeira e a formação da literatura brasileira.

Introdução

1. <i>A língua oral escrita</i> e o estudo dos pronomes demonstrativos	24
--	----

Capítulo 1

1. A imprensa no Brasil	31
1.1. O jornal	31
1.2. As revistas femininas	34
1.3. A mídia da informação e a mídia da interação	37
2. O <i>corpus</i> : algumas considerações	40

Capítulo 2 - Embasamento teórico

1. Evolução, variação e mudança	47
2. Revisão teórica acerca dos demonstrativos	52
2.1. Os pronomes demonstrativos e a questão referencial	52
2.2. O uso das formas variáveis e invariáveis	61
2.3. Adjetivos, pronomes demonstrativos e o problema da classificação das palavras	65
3. O sistema dos pronomes demonstrativos: breve percurso histórico	73
3.1. latim clássico e vulgar	73
3.2. português arcaico	77
3.3. português clássico	79
3.4. português brasileiro do século XX	84

Capítulo 3 - Os dados

1. Metodologia	92
2. Resultados gerais	101
2.1. Análise da função sintática e da função referencial dos demonstrativos <i>este</i> e <i>esse</i> . .	103

Capítulo 4 - Conclusão

1. Binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: uma especialização das formas	123
---	-----

Referências bibliográficas	128
---	-----

Apêndice	134
-----------------------	-----

1. O estudo dos demonstrativos e a *língua oral escrita*

Algumas pesquisas acerca do sistema pronominal dos demonstrativos já foram realizadas, como as de Câmara Júnior (1970), Castilho (1978, 1993), Pavani (1987), Roncarati (2003) e, todas elas apontam para um sistema binário, marcado pelo maior uso da forma *esse* no século XX. No entanto, em pesquisa acerca do sistema dos pronomes demonstrativos nos anúncios de jornais do século XIX e início do século XX constatei superior predominância da forma *este*.

Se parece não haver dúvida quanto ao fato de o sistema dos pronomes demonstrativos do português do Brasil ter sofrido uma redução, deixando de ser ternário para tornar-se binário, no qual a verdadeira oposição entre os termos passa a ser *este/ esse* vs. *aquela*, restava ainda por ser caracterizado o processo pelo qual se deu tal redução. Assim, procuramos, neste estudo, além de identificar a forma vitoriosa entre as variantes de primeira (*este*) e segunda pessoas (*esse*), verificar quais são os possíveis motivos que levaram à redução do sistema, bem como o fenômeno motivador da forma vitoriosa.

Cabe observar que o uso das variantes *este* e *esse* foi analisado a partir das funções substantiva e adjetiva e da relação de referência entre os demonstrativos e os elementos extralingüísticos (referência exofórica), bem como entre os demonstrativos e os elementos do próprio discurso (referência endofórica).

É importante observar que os estudos a respeito de fenômenos de variação e mudança estão se multiplicando no Brasil. Isso porque, como sabemos, a língua está em constante *fazimento*, como diria Coseriu (1979), tornando-se um objeto de estudo mais que interessante: desafiador e intrigante aos "olhos do pesquisador". E, se observa-se determinada variação em

alguma classe de palavras ou estrutura da língua, far-se-á necessário centrar-se, primeiramente, na língua falada, pois, geralmente, as mudanças se iniciam na fala informal de grupos intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos sociais mais privilegiados, e chegam a situações formais de fala. Só assim conseguem ser aceitas pela escrita. Para Faraco, a mudança lingüística “está envolvida por um complexo jogo de valores sociais que podem bloquear, retardar ou acelerar sua expansão de uma para outra variedade da língua” (FARACO, 1991, p.17).

Essas inovações - ou variações - comuns na língua falada não são aceitas de imediato pela língua escrita. Isso se dá porque a primeira reação dos falantes às formas inovadoras é negativa; elas são consideradas erradas. Daí o fato de que nem toda variação lingüística acarreta a mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Estudos como esses, ou seja, que se concentram em pesquisar formas concorrentes (variantes lingüísticas) - duas ou mais formas diferentes de dizer ou referir-se à mesma coisa - são embasadas teoricamente, em sua maioria, pela *teoria variacionista* do sociolinguísta americano William Labov. Tal modelo teórico-metodológico “apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo.” (TARALLO, 2001, p.7). Assim, embora Labov não tenha sido o pioneiro nos estudos sociolingüísticos, foi ele quem, de fato, insistiu modernamente na relação entre língua e sociedade, bem como na possibilidade de se sistematizar fenômenos lingüísticos da língua falada.

Acreditando que a relação entre língua e sociedade é indissolúvel, esta pesquisa buscou respostas às proposições concernentes ao sistema dos pronomes demonstrativos do português do Brasil, especificamente os pronomes *este(a)*, *esse(a)* e *aquele(a)* e suas respectivas formas preposicionadas no singular e plural.¹

Como já foi dito, algumas pesquisas acerca da possível "instabilidade" do sistema dos demonstrativos no português do Brasil já foram realizadas. No entanto, nosso trabalho diferencia-se das demais pesquisas porque, além de buscar caracterizar o percurso que levou à redução do sistema ternário, procurou nortear-se por uma modalidade intermediária entre língua escrita e língua falada, a qual denominamos *língua oral escrita*, ou seja, situações de escrita profundamente marcadas pela informalidade e por marcações discursivas predominantes em contextos de fala, tais como podemos observar nos exemplos abaixo:

(1) "A PEDIDO CHAMO A ATENÇÃO DO PUBLICO PARA **esta** RESPOSTA *Senhor* Redactor. Vendo no seu conceituado – Feirense – *número* 39 de 29 de Março, um annuncio do *Senhor* João Justiniano Ferreira Bastos, prevenindo ao público para não contractar nem fazer transação alguma commigo e os herdeiros do finado coronel Duarte; não posso deixar passar despercebido tanta ouzadia **d'aquelle** maroto, supondo que sou muito tabareo; está enganado *Senhor* Bastos, passou por estúpido. Fiquei com alguns contos de réis, e não se faz transação por que estão livres e desembaraçados, e todos **estes** e mais alguns, a espera **destes** embargos, para por-lhe a calva amostra; ... Vai por mim **estas** linhas, *Senhor* Redactor que sendo impressas muito obrigará ao seu constante leitor. Symphroni Simões Ferreira".

(*O Feirense*, maio de 1863)

¹ Isto é, *neste(a)/ nestes(as)/ nesse(a), nesses(as), deste(a)/ destes(as)/ desse(a)/ desses(as), naquele(a), naqueles(as), daquele(a), daqueles (as)*.

(2) "... O impossível apareceu! ainda foi minha mãe que segunda vez, me deu a vida; exigindo que eu experimentasse o REMEDIO VEGETARIANO do Dr. Ohmann, ... Ah! Só quem esteve nas proximidades da morte vendo tudo que existia para si ao desamparo, compreenderá este desabafo, **esta** prova de um ente agradecido por AINDA VIVER..."

(*O Alpha*, julho de 1911)

(3) "Ele é feio, mas gosta muito de mim e tem boas intenções. Arranjo namorados 'bacanas', mas **êsses** só querem aproveitar e não quero ser passatempo de ninguém... - Gatinha de olhos tristes..."

(*Capricho*, agosto de 1964)

(4) "... Sabe que seu namorado tem razão? Ele não é cara para você. Volúvel, conquistador, você foi só um amor de estação. Não perca tempo, menina, correndo atrás de quem não merece. Mas não tente esquecê-lo com **esses** namoricos com quem você não ama porque isso faz lembrar-se cada vez mais dele. Passeie, estude, divirta-se muito e breve vai ver como é fácil esquecer uma pessoa sem grandes qualidades. Quando você encontrar seu verdadeiro amor, vai até rir **dessa** situação."

(*Grande Hotel*, outubro de 1977)

(5) "Vocês salvaram uma vida com a matéria "Eu Digo Não" - Capricho, março. Agora é pra valer, parei de vez. Estou pensando em abrir o jogo com meus pais e me internar. Obrigada. B. P. A., 14 anos. - **Este** foi o melhor presente que você poderia ter dado pra gente. Fazemos **este** tipo de matéria como um alerta. Drogas são perigosas. É fácil se envolver por falta de informação. Muito cuidado."

(*Capricho*, maio de 1995)

A fim de encontrarmos as características que estamos atribuindo à modalidade *língua oral escrita*, preocupamo-nos em trabalhar com um *corpus* que se aproximasse do vernáculo tal como definido por Labov. Portanto, trabalhamos com produções textuais de indivíduos pertencentes a classes sociais mais baixas, em que os níveis de escolaridade são os menores da sociedade e em que a variação se dá de forma mais intensa, visto que, muitas vezes, a norma padrão da língua acaba não sendo seguida por essas pessoas. É importante ressaltar que tais características são mais marcantes no *corpus* do século XX, justamente pelo caráter mais popular das revistas femininas em comparação aos jornais.

Pensando na riqueza de informações que a *língua oral escrita* pode nos dar, visto que representa uma modalidade evidentemente suscetível a variações e/ou mudanças lingüísticas, já que em tais contextos o indivíduo está sempre se adequando ou lançando novas formas de "comunicar", a escolha do *corpus* se justifica por se constituir de partes específicas de determinados jornais e revistas, cuja escolha levou em consideração alguns fatores como: a classificação sócioeconômica² do público leitor, bem como as seções em que a informalidade e a despreocupação com as normas que envolvem a língua escrita eram notórias.

Além disso, embora seja evidente que o *corpus* a ser utilizado por estudos relativos à variação e à mudança lingüísticas deva, preferencialmente, abarcar a modalidade falada da língua, a escolha do nosso *corpus* se justifica, também, pelo caráter descritivo-comparativo a que

² Essa classificação, baseada no IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública), leva em consideração o potencial de compra dos consumidores, bem como o grau de instrução escolar do chefe da família. Atualmente, a ANEP (Associação Nacional de Empresas de Pesquisa), responsável pelo novo critério de classificação econômica do Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais". A divisão de mercado definida pelas entidades de pesquisa é, exclusivamente, a de classes econômicas.

tal pesquisa se compromete, haja vista que dados colhidos no século XIX³, por meio de pesquisa de Iniciação Científica realizada por mim entre os anos de 1998 à 2001, intitulada *Os pronomes demonstrativos nos anúncios de jornais do século XIX*, serão postos em comparação com dados do século XX, coletados no decorrer da presente pesquisa. Cabe observar que o próprio Labov utilizou-se do método de entrevista sociolinguística gravada, apenas em 1963, no seu primeiro estudo sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, Estados Unidos.

Portanto, como poderá ser observado, nossa escolha pelo trabalho com jornais e revistas justificar-se-á plenamente.

³ Século este, que as pesquisas de Variação e Mudança linguísticas apontam como um momento de grandes mudanças no português brasileiro.

1. A imprensa no Brasil

1.1. O jornal

Na época do *Brasil-Colônia*, a administração colonial portuguesa proibia a tipografia e o jornalismo em "terras brasileiras", postura que só foi abolida em 1808, com um atraso de três séculos em relação à Metrópole, quando D. João VI chega ao Brasil e instala as oficinas da *Impressão Régia*.¹ Assim surgia a *Gazeta do Rio de Janeiro* que, apesar de ser produzida no Brasil, publicava apenas os interesses de Portugal, tais como matérias sobre o sucesso das frentes portuguesas e espanholas, bem como sobre os "corajosos e valorosos" soldados da Majestade. A vida local, os acontecimentos envolvendo a Colônia, estes não eram valorizados. Mas, apesar disso, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi de grande importância para a história do Brasil, pois marcou o primeiro passo brasileiro rumo ao universo da imprensa.

De acordo com Sodré (1966) e Bahia (1990), embora os portugueses reprimissem qualquer tipo de manifestação do livre pensamento na Colônia, de 1500 a 1808, havia trabalhos clandestinos relativos à arte tipográfica e ao jornalismo desde 1700. Porém, infelizmente, raros são os exemplares de trabalhos deste tipo em arquivos históricos brasileiros, pois, justamente por serem clandestinos, provavelmente eram produzidos em menor quantidade e em regiões específicas para públicos específicos.

¹ Todos os órgãos da *Impressão Régia* eram subordinados a uma Junta Diretora, que constituía um conselho de censura prévia. Todos os papéis e livros que quisessem ser publicados, deveriam primeiramente passar por esta Junta, a fim de que nada fosse publicado contra a religião, o governo e os "bons costumes" (BAHIA, 1990).

Segundo alguns estudiosos da história da imprensa no Brasil, como Sodré (1966), por exemplo, "os jornais eram atrelados à política partidária e às subvenções governamentais, sendo considerada normal a corrupção declarada e o empastelamento de periódicos políticos oposicionistas" (SODRÉ, 1966, p. 292). Assim, os jornais constituíam uma leitura pertencente, predominantemente, ao universo masculino, restando às mulheres apenas a literatura folhetinesca que vinha geralmente na segunda página do jornal.

Além dos folhetins e das matérias e artigos acerca de política, o jornal era composto também por uma seção de anúncios, basicamente composta por anúncios de remédios, de escravos e de propagandas do comércio local. Devido ao caráter "utilitário" desta seção, acreditamos que, provavelmente, esta fosse uma "seção mista", no sentido de que atendia tanto aos interesses masculinos quanto aos femininos.

É interessante observar que a seção de anúncios ocupava grande parte do jornal e, a princípio, não se cobrava nada por eles. Com o tempo, no entanto, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e os demais jornais (oficiais ou não) começaram a cobrar pelos mesmos e, com isso, os anúncios passaram a ser os grandes patrocinadores de nossa imprensa, tal como hoje o são. Conforme a publicidade comercial foi aumentando e se definindo, os anúncios, para que fossem impressos no dia desejado, deveriam ser entregues - prontos - pelo interessado à tipografia, com dois dias de antecedência.

No início do século XX, o público leitor era bastante restrito, haja vista que de acordo com Mira (2001), o Brasil vira o século XIX com cerca de 84% de analfabetos. Fato completamente justificável numa sociedade em que, até meados do século XIX, somente os homens podiam freqüentar escolas, já que o analfabetismo entre as mulheres era sinônimo de virtude e nobreza. Apenas as mulheres pertencentes a famílias de maior poder aquisitivo passaram a estudar, em sua grande maioria, por volta da terceira década de 1800, por meio de

aulas particulares, geralmente ministradas por professores franceses. Diante deste contexto, supõe-se que os consumidores de jornal daquela época compunham a elite brasileira.

No começo do século XIX havia uma grande dificuldade de se levar os jornais aos leitores, principalmente àqueles que moravam fora das cidades em que eles eram impressos. A partir de 1844 o problema diminuiu um pouco, quando o Correio passou a entregar as correspondências em domicílio. Quatorze anos depois, em 1858, o jornal *Atualidade*, editado no Rio de Janeiro, mobilizou negros e mulatos para venderem jornais nas ruas da cidade, aumentando a divulgação dos mesmos. Por volta de 1872, os jornais, assim como as revistas e alguns livros, passam a ser vendidos em quiosques junto a frutas, doces, cigarros e flores, tornando-se mais acessíveis à população - pelo menos do ponto de vista da facilidade de aquisição. Apenas no século XX é que surgem as bancas, ou seja, lugares específicos para a venda de revistas e jornais, impulsionando e estimulando assim, a segmentação das revistas e jornais, ou seja, a produção de revistas e jornais diferentes para públicos distintos.

É interessante destacar que, na passagem do século XIX para o XX, nota-se uma mudança na produção dos jornais devido a uma maior modernização e profissionalização na imprensa. Novas técnicas, como o automatismo, são introduzidas e, de acordo com Bahia (1990), isso acaba definindo um pouco melhor o lugar do repórter, dos fotógrafos, dos redatores, dos desenhistas, dos revisores e dos gráficos.

Quanto ao surgimento da imprensa no Brasil, Bahia afirma que:

[...] a ação da imprensa é fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira. Não importa que o cenário colonial permaneça medíocre e que muitas vezes utilizem a liberdade de expressão do pensamento para contrariar as aspirações autonomistas do povo. O que importa são os acontecimentos, e estes se desenrolam conduzidos pela pressão da sociedade que faz com que 'a colônia' obtenha, em uma década, o que não fora possível em três séculos. (BAHIA, 1990, p. 22).

1.2. As revistas femininas

As revistas brasileiras surgiram no início do século XX, fortemente influenciadas pelas revistas de variedades do século XIX de inspiração européia, principalmente francesa. Inclusive, um dos pioneiros da arte litográfica no Brasil foi *Pierre René François Plancher*, editor francês de tendência bonapartista que veio para o Brasil após a Restauração². (SODRÉ, 1966)

Durante as décadas de 30 a 50, a revista de maior destaque na sociedade brasileira era *O Cruzeiro*³, uma revista bastante heterogênea que proporcionava ao leitor informações sobre os principais acontecimentos no Brasil, cultura e entretenimento. Era, sem dúvida, a revista mais lida por homens e mulheres de diversas faixas etárias⁴ naquela época, chegando a tornar-se uma das revistas de maior vendagem na história do país.

Nos anos 40, uma nova revista cujo assunto são os bastidores do palco, entra em circulação com grande sucesso: *Revista Carioca*. A respeito de tal revista, Mira afirma que:

fenômeno relacionado a um veículo de massa como o rádio, aqui sim estamos diante de um leitor mais popular. Uma pesquisa do Ibope de 1945 mostra que a *Revista Carioca* era a única com mais leitores na classe C do que nas demais [...] [e acrescenta] torna-se a segunda mais lida depois de *O Cruzeiro*, devido a sua extraordinária penetração na classe pobre. (MIRA, 2001, p. 32 e 33).

² A Restauração dos Bourbons, iniciada em 1814 com Luís XVIII e Carlos X, deu-se com base na Legitimidade de Talleyrand. A oposição burguesa desembocou na Revolução Liberal de 1830, dando início ao governo do rei burguês Luís Filipe. Em 1848, no ápice da agitação trabalhista e popular européia, aconteceu a Primavera dos Povos. Na França, nas eleições de 1848, a burguesia retomou o controle político com o governo populista de Luís Bonaparte, consolidando-o com o Segundo Império, sobrevivendo até a Guerra Franco-Prussiana de 1870. A vitória alemã significou a humilhação da França, que perdeu as ricas regiões da Alsácia e Lorena, nascendo o ideal de revanchismo contra a Alemanha, uma das principais marcas da Terceira República criada em 1870 (ARRUDA; PILLETI, 1994).

³ Revista criada por Assis Chateaubreand, em 1928, como parte da campanha que levou Getúlio Vargas ao poder.

⁴ Ver pesquisas especiais -Ibope. 1951.

Na década de 50 o público leitor se amplia consideravelmente devido ao efeito da política nacional de escolarização do governo Vargas, época em que foi criado o Ministério da Educação. De acordo com Antonio Cândido (1965), esta política de escolarização atingiu principalmente o que atualmente denomina-se Ensino Médio, criando melhores oportunidades para as classes médias. Foi nesta época também que as classes populares começaram a representar algo em termos de leitura, pois identificaram-se com as publicações de revistas fortemente influenciadas pelo cinema e pelo rádio, já que estas eram ilustradas, coloridas e, conseqüentemente, "mais digeríveis". Além disso, os astros eram tidos como figuras-modelo; portanto, as revistas que colocavam essas estrelas como o "centro das atenções", eram as mais procuradas pela massa, que buscava nos seus ídolos algum tipo de identificação, desde comportamentos a "dicas" de moda, beleza, saúde e decoração.

É interessante observar que à medida que as revistas vão se infiltrando nas classes mais populares da sociedade, o jornal, pelo contrário, torna-se cada vez mais formal, fazendo-se presente entre as classes mais abastadas financeiramente. Característica esta que só se altera mais tarde quando surgem os jornais de cunho popular, bem como os ditos "sensacionalistas".

Data também da década de 50, quando a revista *Grande Hotel* é mencionada pela primeira vez nas pesquisas Ibope sobre hábitos de compra e poder aquisitivo, um novo fenômeno popular: as fotonovelas, também chamadas de "imprensa do coração", cuja origem está marcada na Itália.

Grande Hotel, publicada pela primeira vez no Brasil em 1947, pela editora Vecchi, e *Capricho*, em 1952, pela Abril, além das fotonovelas, traziam publicações de grande interesse para o público feminino, como artigos sobre moda, beleza, dicas culinárias, horóscopo, depoimentos dos ídolos de massa e seções de cartas, onde as leitoras podiam desabafar às revistas

seus problemas sejam quais fossem, contar histórias da sua vida pessoal, pedir conselhos ou tirar dúvidas, pois tinham nessas revistas mais do que amigas: verdadeiras cúmplices.

Baseando-se nas pesquisas especiais do Ibope de 1954, Mira (2001, p. 36) nos chama a atenção para o fato de que "a marca melodramática delimitava o público do gênero: essencialmente femininas, as revistas de fotonovelas eram lidas pelas mulheres das camadas sociais e das faixas etárias mais baixas." Acrescenta que a maioria das leitoras tinha pouca escolaridade e que as revistas de fotonovela tinham grande circulação nas cidades do interior.

Perdendo espaço para a televisão, as revistas de fotonovelas, principalmente a partir de 1970, têm que se adequar a uma nova realidade:

Do lado do público foi havendo um certo desinteresse por esse tipo de narrativa, já então consideradas ingênuas pelas leitoras. As cartas recebidas pela redação de Capricho em 1972, recolhidas por Ana Lúcia de Castro, classificam algumas histórias como 'bobas', 'sem graça' ou do 'tempo da vovó'. (MIRA, 2001, p. 36).

Revistas capazes de atender a todos os gostos, como *O Cruzeiro*, já não despertam mais interesse do "novo leitor". Era o momento no qual a indústria cultural brasileira dava os seus primeiros passos. Opondo-se ao regime da ditadura implantado pelos militares em 1964, "ergueram-se" amplos setores da sociedade, sobretudo estudantes, intelectuais e artistas "Contra a Censura, pela Cultura". Somado a isso, no pós-64, com o processo de modernização da sociedade brasileira, todos os setores da produção cultural passaram por consideráveis transformações, tais como a ampliação da produção, a evolução técnica, a profissionalização e a racionalização, com vistas ao mercado consumidor que ia se formando graças à industrialização e à urbanização. Diante de tal situação, ocorre uma profunda segmentação nas revistas femininas. Inclusive, de acordo com Mira (2001), passamos a ter também as revistas destinadas aos homens, como a *Play Boy*, *Placar* e *Quatro Rodas*.

Em 1985, *Capricho*, após "tropeços editoriais [causados pelo declínio das fotonovelas], faz uma plástica completa e se transforma" (MIRA, 2001, p. 176, interpolação nossa), aparecendo no mercado com uma nova identidade, cujo *slogan* é : "*Miau!*" *Capricho* é a "*revista da gatinha*". De acordo com Mira (2001, p. 176), "uma nova fórmula editorial se consolida com ênfase nos artigos de moda, beleza e comportamento adolescente, com matérias sobre sexo, drogas e relacionamentos." Assim, as revistas e as mulheres brasileiras tornam-se amigas inseparáveis. Cada qual com a sua - afinal, surgem inúmeras revistas para diferentes níveis socioeconômicos e faixas etárias -, porém todas falando sobre tudo o que interessava ao universo feminino. Para muitas mulheres, principalmente para o público jovem, era apenas por meio das revistas que dúvidas ou curiosidades relativas a sexo podiam ser sanadas.

Embora tardia, a imprensa foi e é de imensa importância para o desenvolvimento de nosso país, pois ela constitui o oxigênio e a fumaça que respiramos diariamente; é através dela que podemos provar e comprovar fatos e mudanças históricas relativas à economia, à cultura, aos costumes e, também, à nossa língua.

1.3. A mídia da informação e a mídia da interação

Segundo Mira (2001),

a revista é a mídia mais feminina que existe. Tanto quanto o jornal é masculino. No Brasil, desde as primeiras pesquisas sobre o assunto, esse fato se evidencia. No Rio de Janeiro, a capital federal em 1945, 61,8% dos homens liam algum tipo de revista, contra 74% das mulheres, ao passo que 77,2% dos homens [dos quais 91,8% eram da classe A] liam algum jornal, contra 51,2% de mulheres (MIRA, 2001, p.43-44, interpolação da autora).

Podemos levantar algumas hipóteses que sustentem a afirmação de Mira (2001) sobre o caráter mais "feminino" da revista, em oposição ao caráter "masculino" do jornal. Pensemos no próprio formato do jornal: folhas grandes, escrito em preto e branco, com pouquíssimas ilustrações; ou seja, uma publicação pouco atraente do ponto de vista estético. Além disso, na passagem do século XIX para o XX, assuntos tipicamente pertencentes ao universo masculino, como as discussões políticas acerca da Abolição da Escravatura, o Comunismo e a República ocupavam a maior parte do jornal⁵. Das quatro páginas existentes (padrão observado até o início do século XX), três dedicavam-se predominantemente a estes assuntos, sendo a última exclusiva aos anúncios e propagandas, refletindo o desenvolvimento do artesanato, do comércio, da indústria, a influência estrangeira na moda, entre outros. Por outro lado, antigamente a mulher ainda não fazia parte do mercado de trabalho, passava o dia todo em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, cabendo ao homem garantir o sustento de sua família. Se a mulher, entre uma atividade e outra, podia descansar ou até mesmo organizar-se, a ponto de deixar um ou dois dias livres da sua rotina, o homem não. Tempo livre durante a semana não havia; no entanto, ele precisava se inteirar dos acontecimentos de seu país, porém de forma que não lhe tomasse muito tempo. Assim, o jornal torna-se a melhor alternativa.

Já as revistas - ao contrário do jornal, cujo objetivo maior é informar - querem ir além da informação: querem interagir com seu público leitor. Para tal, tratam de assuntos do cotidiano, como culinária e moda, bem como novidades que rodeiam a vida dos ídolos de massa, horóscopo; enfim, assuntos pelos quais o interesse é mais marcante no universo feminino. Além disso, as

⁵ Para maiores informações, ver: SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

revistas são visualmente atrativas: formato menor, fotos, ilustrações, diversidade de temas e propagandas mais direcionadas à mulher.

A preocupação das revistas femininas em interagir com suas leitoras fica evidente na seção de cartas, em que observamos uma verdadeira relação de confiança e amizade entre a leitora e a revista. Segundo Mira (2001), na França, por exemplo, as revistas femininas do século XX - principalmente a partir dos anos 50 - que publicavam trechos de cartas e suas respectivas respostas, faziam muito sucesso, enchendo a redação de tormentos e pedidos de ajuda de toda a espécie. A esse respeito, Evelyne Sullerot afirma que:

as pessoas são solitárias, principalmente as mulheres, solitárias com seus problemas [...] cada um está se afogando em suas angústias e acredita estar sozinho no seu caso: é preciso dar às mulheres seus próprios problemas, mas de uma forma mais tranqüila, quer dizer, apresentando-os como os problemas dos outros. (SULLEROT, 1963, p.57, tradução nossa)

Desta forma, a interação "leitora-revista" na seção de cartas não ocorria apenas entre quem enviava a carta e a revista, pois as cartas lidas retratavam situações que estavam acontecendo ou poderiam acontecer com qualquer uma delas (leitoras) e, diante disso, elas saberiam o que fazer, pois lá estava a revista para dar-lhes as respostas, os conselhos, enfim, para dar-lhes a solução para seus problemas, medos e ansiedades.

Assim, ao passo que o jornal é a mídia da informação, a revista é a mídia da interação.

2. O *corpus*: algumas considerações

Pinto (1978) afirma que o Português do Brasil pode ser descrito através de um *corpus* que represente aquilo que se fala em todas as regiões do território nacional ou a partir de um levantamento realizado nas modalidades escritas: a língua literária, a de informação e a da intercomunicação individual.

Por concordarmos com tal idéia, acreditamos que - depois de fazermos um levantamento da história da imprensa no Brasil - os jornais e as revistas constituem um ótimo *corpus* para os fins desta pesquisa. No século XIX e início do século XX, observamos que os anúncios e as declarações de alguns leitores, ora satisfeitos com a eficácia de determinados remédios, ora utilizando-se de tal meio para desabafar acerca de injustiças sociais e até mesmo pessoais, representam o que estamos chamando de *língua oral escrita*, pois tais textos não passavam por correções ou revisões por parte de algum funcionário do jornal: os anúncios deviam ser entregues prontos à tipografia, a fim de serem simplesmente copiados para a publicação. Abaixo, apresentamos dois exemplos de anúncios:

(6) " A VERDADE das palavras VENDER BARATO PARA VENDER MUITO G. Bernard & V.Weill 29 - Largo do Rosario, esquina – 29. Como já tiveram a honra de participar ao illustre commercio **desta** cidade, e do interior assim como a sua numerosa e brilhante freguezia, receberam e recebem por todos os vapores em direitura da Europa os sortimentos de toda a especie de mercadorias, (...) Grande sortimento de FLORES ARTIFICIAES. Promettem vender, como de facto vendem a preços mais baratos que os do Rio de Janeiro, e para que chegue ao conhecimento de todos, fazem **este** annuncio para todos aproveitar..."

(*Gazeta de Campinas*, maio de 1870)

(7) A MEDICINA POPULAR PREPARADOS ESPECIFICOS FLORA BRAZILEIRA DO PHARMACEUTICO FLORIANO SERPA Approvados pela Inspetoria Geral de Hygiene do Rio de Janeiro cura do beri-beri. ELIXIR E LINIMENTO ANTI-BERIBERICOS. Poderoso especifico na cura do Beri-beri em qualquer das formas que se manifesta dematoza mint(s) ou paralytica sem ser preciso o emprego de mudanças e nem o uso de banhos salgados, que são incompatíveis com **estes** medicamentos. As pesso[as] curadas há 15 anno sem o emprego de banhos salgados e de mudanças, conforme vereis attestados, aqu[i] annunciados e os que acompanham a ambos os preparados, nunca mais tiveram repetição beri-beri. E' esta a prova mais evidente attestada pelos medicos civis e militares das Enfe[r]marias e Hospitales dos Estados, de accordo com as disposições do Ministro da Guerra, que a[ff]irma sua efficacia. Com **este** tratamento garantido e economico, qualquer que seja a causa do beri-beri o doente tira sempre o mesmo resultado pela riqueza das suas propriedades tonicas e reconstituintes, ..."

(*Correio de Notícias*, novembro de 1899)

Já as declarações estavam inseridas numa seção que era paga e, portanto, sem nenhuma responsabilidade da redação do jornal, sendo, tal como os anúncios, entregues prontas para a publicação. Nas seções pagas, mais que nos anúncios, os traços de oralidade eram muito mais marcantes, tal como podemos observar no exemplo (8):

(8) "Ribeirãozinho. Illustre Senhor Redactor d'O Popular. Em 17 do corrente mez, nesta villa, deu-se um facto nojento, horripilante, que indignou ao publico, em geral. **Foi o seguinte:** Nesse dia, diversas pessoas, quer desta villa, quer de logares vizinhos, fizeram corridas de animaes na raia para esse fim apropriada. Desde pela manhã até de tarde corria tudo em harmonia, fazendo-se apostas alegremente; afinal tudo andava em ordem. As crianças tambem divertiam-se entre si; comoé natural, quando há festas, esses peque-nos fazem toda a especie de divertimentos- pulam, gritam e acabam por brigar. Pois bem. Eram 5 horas da tarde, mais ou menos, quando um menino de 9 annos de idade, filho do senhor Gustavo de Moraes, juntamente a outro menino da mesma

idade, filho de uma senhora viuva, italiana, que brincavam, brigara; a mãe do ultimo, a italiana, separou-os, mas para isso conseguir pegou pelos braços dos meninos separando um para cada lado. **Pois bem**, ou por espirito de malvadez, ou por espirito de adulação, alguém fez isso chegar ao conhecimento do senhor Gustavo de Moraes que achava-se preocupado com as taes corridasde animaes para, no mesmo instante, **sem mais nem menos**, elle. Gustavo, colerico, empunhando um chicote, com a sua natural disposição, affrontar a sociedade, mettendo o chicote nessa pobre senhora, viuva, mãe de muitos filhos e que conta cincoenta anos de idade!!!? Essa italiana, pobre mulher, apanhou seis chicotadas, ficando com echymoses pelo corpo. Ou'trosim tambem apanhou um mocinho de 12 annos de idade e o menino de 9 annos, filhos da desgraçada senhora. Todos foram chicoteados em pleno publico **santo Deus, que horror!** Será possível tanta desgraça nesta terra a ponto de uma senhora de idade avançada, mãe de filhos, apanhar em pleno publico!?! E' possível! Entretanto o senhor doutor Eugenio de Toledo, delegado nesta villa, repousa tranquillamente no hotel Pedro! não se trata de Jacobinismo, trata-se da humanidade; já que o delegado de policia doutor Eugenio de Toledo continua impassivel e com duas vellas acesas uma a Deus e a outra ao Diabo; já que essa mesma auctoridade não trata de abrir inquerito sobre o facto que venho narrando..."

(*O Popular*, julho de 1904)

Por volta da segunda década do século XX, os jornais mudaram muito o seu estilo. Com a modernização e a segmentação do trabalho nas tipografias, os jornais passam a ter revisores e os assuntos lá abordados tornam-se bastante específicos, pois o enfoque dado pelos "jornalistas" é à política. O público leitor resume-se, basicamente, aos homens de maior poder aquisitivo e o jornal, principalmente entre as décadas de 20 a 70, torna-se bastante formal, sendo mínimos os traços de oralidade encontrados nos mesmos.

Diante disso, vimo-nos obrigadas a mudar de *corpus*. No entanto, para que não perdêssemos de vista nossa idéia inicial, ou seja, a de trabalhar com a *língua oral escrita*, de

forma a desenvolver um estudo descritivo-comparativo dos pronomes demonstrativos a fim de determinar o sistema que os envolve, encontramos nas revistas femininas de caráter popular uma alternativa coerente, pois, além de possuírem seções fortemente marcadas pela oralidade, assim como os jornais, pertencem ao universo do texto jornalístico.

Assim, nas décadas de 60, 70 e 90 do século XX, utilizamo-nos desse tipo de revista, centrando-nos especialmente nas seções de cartas, visto que o grau de informalidade na escrita apresentava-se de maneira bastante expressiva, parecendo um verdadeiro "bate-papo" entre amigas, isto é, entre as leitoras e a revista. Inclusive, indubitavelmente foi nas revistas que encontramos, em nosso trabalho, a melhor amostra da *língua oral escrita*. Abaixo apresentamos alguns exemplos:

(9) "**Mas**, Moreninha, se **êle** deixou-a por causa de outra namorada, seu amor próprio exige que você responda que seu amor por **êle** já morreu, que **êsse** assunto não a interessa mais, de maneira alguma. Trate de arranjar logo outro namorado..."

(Capricho, abril de 1968)

(10) "Tenho treze anos, já namoro firme... - Morena dos olhos negros. ... Você está naquela idade onde tudo é **côr-de-rosa**, dos romances de amor,... Já que sua família o estima, que **êle** quer se casar com você, conserve **êsse** rapaz ao seu lado e aguarde o tempo que é o melhor conselheiro. ... **Agora uma coisa**: **êle** tem dezoito anos, quer se casar com você daqui a quatro anos. **Então** **êle** estará com vinte e dois. Você com dezessete. Espere até essa data e então, **vamos ver** quais são os seus sentimentos em relação a **êle** e vice-versa ..."

(Capricho, abril de 1963)

(11) "Antes de chegar à Bahia, passei pelo Rio de Janeiro, para visitar minha mãe, que morava aqui. **Aí**, resolvi investigar o mercado e nessa pesquisa, encontrei ..."

(Grande Hotel, abril de 1978)

Cabe observar que o que estamos denominando como *traços de oralidade* nada mais são que marcadores conversacionais, ou seja, recursos verbais estereotipados de grande ocorrência e recorrência, que, embora não contribuam com informações novas para o desenvolvimento do tópico, situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação. (MARCUSCHI, 2003)

Segue abaixo, o quadro dos sinais conversacionais verbais baseado em Rehbein (1979), com modificações e acréscimos feitos por Marcuschi (2003, p. 68):

Quadro 1: Sinais conversacionais verbais

QUADRO DOS SINAIS CONVERSACIONAIS VERBAIS					
SINAIS DO FALANTE (orientam o ouvinte)			SINAIS DO OUVINTE (orientam o falante)		
pré-posicionados		pós-posicionados		convergentes	indagativos
no início de turno ex.	no início de unidade comunicativa ex.	no final de turno ex.	no final de unidade comunicativa ex.	ex.	ex.
"olha" "veja" "bom" "mas eu" "eu acho" "não, não" "epa" "perai" "certo, mas" "sim, sei, mas" "quanto a isso" "nada disso" "você esquece" "como assim?" etc.	"então" "ai" "daí" "portanto" "agora veja" "porque" "e" "mas" "assim" "por exemplo" "digamos assim" "quer dizer" "eu acho" "como vê" etc.	"né" "certo?" "viu?" "entendeu?" "sacô?" "é isso aí?" "que acha?" "e então?" "diga lá" "é ou não é?" etc.	"né" "não sabe?" "certo?" "entende?" "de acordo?" "tá?" "não é?" etc.	"sim" "ahã" "mhm" "claro" "pois não" "de fato" "claro, claro" "Isso" "ah sim" "ótimo" "tai" etc.	"será?" "não diga" "mesmo?" "é?" "ué" "como?" "como assim?" "o quê?" etc.
					"não" "duvido" "discordo" "essa não" "nada disso" "nunca" "perai" "calma" etc.

Baseando-nos, então, na Teoria da Variação e Mudança lingüísticas de Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972, 1994), o *corpus* que será utilizado na pesquisa deverá explorar, principalmente, textos escritos que se aproximem o máximo possível da linguagem oral, visto que, como já foi dito (cf. Introdução, p.2), as variações lingüísticas começam na oralidade. Para tal, utilizaremos alguns "setores" dos jornais e das revistas em que notamos maior frequência de marcas da língua falada no texto escrito. No caso das revistas, buscamos trabalhar sempre com as que se dirigiam às classes C e D, pois nelas a informalidade era maior que aquela presente nas revistas destinadas à elite.

CAPÍTULO 2

EMBASAMENTO TEÓRICO

1. Evolução, variação e mudança

Se procurarmos nos dicionários de lingüística o significado de "evolução", encontraremos definições muito semelhantes como: *modificações sofridas pela estrutura de uma língua (em nível fonético, fonológico, morfológico, sintático ou semântico) ao longo do tempo*. Ora, se tal conceito faz parte do universo lingüístico, subentende-se que toda e qualquer língua está suscetível a variações e/ou mudanças em todos os seus níveis.

Segundo Martinet (1975), para analisarmos a evolução lingüística podemos adotar a necessidade de comunicação de uma comunidade como ponto de partida. Para designar nossos objetos ou experiências faz-se necessário o alargamento de léxico, implicando assim numa maior complexidade de enunciados. Dessa forma, o objeto de estudo, ou seja, a mudança lingüística, torna-se algo difícil de apreender, já que, segundo Martinet (1975), essa evolução se desenvolve ao longo de vários anos e é provocada pela transformação social, visto que língua e sociedade são indissociáveis. Logo, torna-se impossível concebermos a existência de uma sem a outra.

De acordo com Coseriu (1979), para que a língua possa ser considerada "viva" deve estar em contínuas mudanças lingüísticas. Mesmo quando um estado de língua é praticamente idêntico a um estado anterior, isso não significa que esse estado permanece, mas apenas que se reconstrói com eficiente fidelidade pelo falar, que é onde a língua funciona e se realiza concretamente.

O autor ainda afirma que as mudanças manifestam-se na sincronia, nas formas "esporádicas", nos chamados "erros correntes" em relação à norma estabelecida. Assim, o que do ponto de vista diacrônico já é mudança, do ponto de vista de um estado de língua é condição de mudança. E essa mudança é condicionada pela variedade (regional ou social) do saber lingüístico.

No chamado "latim vulgar", lembra-nos Coseriu, a maioria das mudanças que levaram à fragmentação pré-romance são de origem rural, regional ou provincial, e difundiram-se na época em que a cultura latina estava em decadência.

Para o lingüista, a mudança lingüística não é senão a manifestação da criatividade da linguagem na história das línguas. Por isso, estudar as mudanças não significa estudar "alterações" ou "desvios", mas, sim, estudar a consolidação de tradições lingüísticas, ou seja, o próprio "fazimento" das línguas, que se dá a todo o instante, incessantemente.

Saussure (1916) fala de "deteriorações" produzidas pelas mudanças no "mecanismo da língua", já que para ele, a mudança é exterior ao sistema, visto que, em primeiro lugar, sua razão ou causa não se acha no próprio sistema, na língua, mas sim, na fala que faz evoluir a língua. Já na lingüística pós-saussureana fala-se de "perturbações" que os "fatores externos" podem produzir nos sistemas lingüísticos.

Contra essa visão, Coseriu (1979) afirma que, ou se admite que os sistemas são às vezes "equilibrados" e às vezes "deteriorados", ou então, tal como ele defende, é necessário reconhecer que todo sistema lingüístico está em equilíbrio precário. Cabe observar que a possibilidade permanente de "restaurar" as chamadas "deteriorações" produzidas pela mudança nos sistemas lingüísticos deve-se ao fato de que na língua convivem durante muito tempo o velho e o novo, e é justamente por isso que:

os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando. (...) Além disso, as mudanças atingem sempre partes e não o todo da língua, o que significa que a história das línguas se vai fazendo num complexo jogo de mutação e permanência, reforçando aquela imagem antes estática do que dinâmica que os falantes têm de sua língua. (FARACO, 1991, p.9).

A princípio, toda variação é possível mudança - já que toda mudança provém de uma variação, mas nem toda variação acarreta uma mudança - ocorre primeiramente na fala, visto que

a escrita é uma modalidade mais conservadora da língua. Por isso, o falante comum só perceberá uma dada variação na língua, quando sentir dificuldades específicas, ao escrever, com certas estruturas que, embora sejam correntes na fala, ainda são inaceitáveis na escrita. (FARACO, 1991, p. 14)

É importante observar que as inovações comuns na língua falada¹ não são aceitas de imediato pela língua escrita, pois a primeira reação dos falantes às formas inovadoras é negativa, por serem consideradas erradas. Segundo Faraco (1991), geralmente as mudanças ocorrem na fala informal de grupos intermediários, ganham aceitação na fala informal dos grupos mais altos e chegam a situações formais de fala e só assim conseguem ser aceitas pela escrita.

Assim, a língua é uma realidade dinâmica e, portanto, um conjunto de variedades resultantes:

das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante. (FARACO, 1991, p. 18).

No âmbito dessa abordagem, que visa estudar a língua tal como um conjunto de variedades e, portanto, considerando toda heterogeneidade que está vinculada a ela, destaca-se o nome de William Labov. Embora não tenha sido o pioneiro nos estudos sociolinguísticos, foi ele quem estabeleceu o modelo teórico-metodológico denominado sociolinguística quantitativa ou correlacional. Por meio desse modelo, Labov (1972, 1982, 1994) demonstrou que as pressões sociais que motivam uma dada mudança podem ser observadas e descritas. De acordo com o estudioso, a fala dos indivíduos, se não tem o poder de influenciar os padrões sociais, pode, ao contrário, ser afetada por estes.

Tais considerações opõem-se ao que defende a escola gerativista, cujo grande representante é o norte-americano Noam Chomsky. De acordo com o modelo teórico dos gerativistas - sem dúvida alguma, um dos modelos teóricos dominantes da lingüística da segunda metade do século XX -, o objeto dos estudos lingüísticos é a competência lingüística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade lingüística homogênea, o que impossibilita uma análise que leve em conta o social, tanto do ponto sincrônico da descrição lingüística, quanto no plano diacrônico de interpretação de sua mudança. Como podemos observar, o modelo de análise proposto inicialmente por Weinreich, Labov e Herzog (1968) apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo. Portanto, foi esse modelo que "voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada." (TARALLO, 2001, p. 7).

Assim, atualmente, a maioria dos estudos sociolingüísticos são embasados teórica e metodologicamente pela teoria da variação e mudança de William Labov. Os princípios gerais dessa proposta teórica foram apresentados por Weinreich, Labov e Herzog em seu texto fundador de 1968: "Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança lingüística". Passamos a elencar tais princípios², resumidamente, visto que foram de suma importância para o presente estudo dos pronomes demonstrativos:

1. a mudança lingüística não deve ser identificada como força aleatória procedente de variação inerente à fala. Ela tem início com a generalização de uma alternância particular em um dado subgrupo de uma comunidade de fala, assume direção e toma um caráter de diferenciação regular;

¹ Entendida tal como o *vernáculo* laboviano.

² Ver Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 187 e 188)

2. a associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão; a estrutura lingüística inclui a diferenciação regular de falantes e estilos por meio de regras que regem a variação na comunidade de fala;
3. nem toda variação implica em mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação;
4. a generalização da mudança lingüística por toda a estrutura lingüística não é nem uniforme, nem instantânea;
5. as gramáticas em que a mudança lingüística ocorre são gramáticas da comunidade de fala. Visto que as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas pelas funções sociais, idioletos não fornecem a base para gramáticas completas ou internamente consistentes;
6. a mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo;
7. fatores sociais e lingüísticos estão intimamente interrelacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Assim, explicações que fiquem restritas a um ou outro aspecto, mesmo que sejam bem construídas, fracassarão para explicar um rico corpo de regularidades que podem ser observadas em estudos empíricos do comportamento lingüístico.

2. Revisão teórica acerca dos pronomes demonstrativos

2.1. Os demonstrativos e a questão referencial

De acordo com Bühler apud Lhorent (1941), o triplo fator funcional da linguagem³ surge da orientação "*indivíduo - mundo - sociedade*". Para o estudioso alemão, a **função Representativa** se dá mediante uma coordenação dos signos de expressão a conteúdos determinados e a **função Expressiva** é aquela através da qual se expressam diretamente as emoções e atitudes interiores do falante em relação ao objeto de estudo. Já a **função de Apelo** tem por objetivo conduzir as atividades exterior e interior do ouvinte a uma direção determinada. É justamente nesta função que, segundo Bühler, encontra-se a noção de signo como "sinal", como "algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém" (PEIRCE apud EPSTEIN, 1999, p.19); noção esta verificada especialmente nas palavras com valor demonstrativo. Assim, as formas demonstrativas, entendidas como "sinais", distinguem-se das palavras "símbolo", como os substantivos e os verbos, por exemplo, cuja função lingüística se dá no plano da objetividade representada. Diante disso, Bühler divide a representação lingüística em dois grandes campos, como podemos observar abaixo:

Quadro 2: A representação lingüística, segundo Bühler

CAMPO	
INDICATIVO ou DEMONSTRATIVO	SIMBÓLICO
 Equivale ao campo da intuição sensível	 Equivale ao campo da coordenação ideacional do signo ao objeto significado

³ Funções a que Bühler denomina: função de Representação, de Expressão e de Apelo, correspondentes respectivamente às funções Referencial, Emotiva e Conativa de Jakobson (1969)

Da mesma forma que a diferença entre "símbolo" e "sinal" não é evidenciada de forma radical, já que "as palavras enquanto 'sinais' são também 'símbolos', na medida em que sua qualidade de 'sinais' reduz-se a uma circunstância de ordem prática, não afetando sua essência de signo, de 'símbolo'" (PAVANI, 1987, p. 6), as palavras com valor demonstrativo pressupõem um *valor de significação*. No entanto, essa *significação* atribuída aos demonstrativos é, segundo Pavani, explicitada de maneira acessória, de acordo com as circunstâncias do discurso. Ou seja, tal *significação* é aquela de valor expressivo, isto é, acrescentada à *significação principal*.

Segundo Halliday e Hasan (1976), as línguas possuem alguns itens que têm a propriedade de referência; estes itens, como os pronomes demonstrativos, por exemplo, não são interpretados semanticamente por si mesmos, mas sim, quando fazem referência a alguma coisa. Essa interpretação semântica, possível quando tais itens estão contextualizados, ou seja, quando estão se referindo a algo, é justamente o que Pavani (1987) denomina "significação acessória", justaposta à *significação principal*.

Esta propriedade referencial dos demonstrativos, para a qual Halliday e Hasan (1976) chamam-nos a atenção, divide-se em dois diferentes tipos: o **exofórico** (referência situacional) e o **endofórico** (referência textual), sendo este último subdividido em *anafórico* - quando a referência está ligada a algo que acabou de ser dito - e *catafórico* - quando a referência está ligada a algo que será dito em seguida.

Para Lyons (1977), o sentido endofórico ou exofórico dos demonstrativos, muitas vezes, só pode ser notado através do contexto da enunciação, podendo, inclusive, ser, ao mesmo tempo, endo- e exofórico. Isso quer dizer que para classificarmos um pronome demonstrativo quanto à referência que este está estabelecendo em um determinado enunciado, não podemos nos restringir

penas a uma análise microlinguística. De acordo com Lyons, diante de um enunciado como "Ana Maria queria aquela caneta", o pronome aquela, pode estar se referindo exoforicamente a uma entidade no contexto situacional, existindo, provavelmente, alguma característica aralingüística concomitante, atraindo a atenção do ouvinte para o referente, como por exemplo, um olhar dirigido. Por outro lado, aquela pode estar fazendo uma referência endofórica a uma expressão correlata, que tanto pode estar situada na mesma frase, como não. Além disso, Lyons (1981) apud Pavani (1987) afirma que a marca de distância que geralmente acompanha os demonstrativos é um recurso suplementar, ou seja, uma espécie de demonstração física que ajuda a colocar o referente em evidência.

Este recurso também facilita a referência demonstrativa a mais de uma entidade, sendo também muito útil para a indicação de contraposição, ou contraste, entre entidades, isto é, se ocorre um este na enunciação, está-se admitindo a possibilidade do outro. (PAVANI, 1987, p.22, grifos da autora).

Benveniste ao discutir *a natureza dos pronomes*, afirma que: "cada instância da utilização de uma palavra refere-se a uma noção constante e 'objectiva', apta a permanecer virtual ou actualizar-se num objecto singular, e que continua sempre idêntica na representação que suscita". (BENVENISTE, 1992, p.44)

Ao discutir, por exemplo, a realidade à qual os pronomes *eu* e *tu* fazem referência, Benveniste (1992) afirma que trata-se de uma "realidade do discurso", algo muito singular. Esta referência à instância do discurso é o que une a *eu* e *tu* vários "indicadores", inclusive os pronomes demonstrativos. Tal referência dá-se através da identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante à instância de discurso que contém o indicador de pessoa.

Para ele, o que de fato importa quanto à questão referencial dos pronomes é a relação entre os indicadores de pessoa, tempo, lugar, objeto que se mostra, entre outros, e a presente

instância do discurso. Segundo o lingüista, as formas pronominais não remetem a uma "realidade", nem tampouco a posições "objetivas" no espaço ou no tempo, mas sim para a enunciação, uma instância sempre única.

Por outro lado, há enunciados de discurso que fogem da situação de pessoa para uma situação "objetiva", a que denomina-se a "terceira pessoa" ou a "não-pessoa", isto é, o membro não-marcado na correlação de pessoa (BENVENISTE, 1992, p. 47).

De acordo com a postura defendida por Benveniste em relação à questão referencial dos demonstrativos, estes seriam uma espécie de signos "vazios", não referenciais em relação à "realidade", e que só se tornam "plenos" dentro de um dado discurso. Assim, sua "utilização tem, pois, como condição, a situação de discurso e mais nenhuma outra." (BENVENISTE, 1992, p. 46)

Essa idéia já era defendida por Frege (1971 apud LAHUD, 1979) pelo menos no que diz respeito aos dêiticos⁴, já que tal estudioso acreditava que o conhecimento das circunstâncias que acompanham as palavras torna-se condição necessária para a "exata compreensão" do *pensamento* expresso por um enunciado contendo dêiticos, sendo que o *pensamento* fregeano é a representação do *sentido completo*.

Para Câmara Júnior (1974), os pronomes têm, em geral, a função de estabelecer relações com as duas pessoas gramaticais: o sujeito falante e o ouvinte; são, na sua forma lingüística elaborada e complexa, sinais que indicam em vez de nomear. Os pronomes demonstrativos, em especial, estabelecem uma relação espacial com as pessoas gramaticais.

Ecoando Franz Boas, Câmara Júnior diz que os demonstrativos são elementos complexos e variadíssimos. Em esquimó, por exemplo, além de corresponderem aos três pronomes pessoais

⁴ Os demonstrativos em função exofórica fazem parte, justamente, do que Frege chama de dêiticos.

(eu, tu, ele), correspondem às direções (acima, abaixo, em frente, atrás, à direita, à esquerda) e aos pontos de orientação (localização) em referência ao sujeito da enunciação.

Para Said Ali (apud Câmara Júnior, 1974), os pronomes demonstrativos são palavras que indicam ou se referem ao ente, considerando-o apenas como pessoa do discurso. Quando a função dos demonstrativos é indicar o ente, o pronome desempenha o papel de um substantivo, ao passo que quando faz referência ao ente, desempenha a função de um adjetivo. Daí a denominação "pronome substantivo" (ou função substantiva do pronome) e "pronome adjetivo" (ou função adjetiva do pronome). Em português, os pronomes demonstrativos apresentam formas variáveis e invariáveis⁵:

Quadro 3: Formas variáveis e invariáveis

VARIÁVEIS				INVARIAVEIS
Masculino		Feminino		
Singular	Plural	Singular	Plural	
Este	Estes	Esta	Estas	Isto
Esse	Esses	Essa	Essas	Isso
Aquele	Aqueles	Aquela	Aquelas	Aquilo

Os demonstrativos variáveis podem ser empregados tanto em função adjetiva quanto substantiva, como observamos, respectivamente, em (12) e (13):

(12) "Até que enfim vocês publicaram uma entrevista do Claudio Marzo, **êsse** garôto maravilhoso das telenovelas..."

⁵ Estes pronomes combinam-se com as preposições *de* e *em*, tomando as formas: deste(a), desse(a), daquele(a), destes(as), desses(as), daqueles(as), neste(a), nesse(a), naquele(a), nestes(as), nesses(as), naqueles(as), disto, disso, daquilo, nisto, nisso e naquilo. .

(*Capricho*, julho de 1968)

(13) "Ele é feio, mas gosta muito de mim e tem boas intenções. Arranjo namorados 'bacanas', mas **êsses** só querem aproveitar e não quero ser passatempo de ninguém... - Gatinha de olhos tristes."

(*Capricho*, agosto de 1964)

Já as formas invariáveis só têm emprego substantivo:

(14) "**Isto** é um programa de computador."

(15) "**Isso** é o que você diz."

De acordo com Câmara Júnior (1970), a série **o, a, os, as** neutraliza a posição definida no espaço e introduz no seu lugar a noção da "definição". Esta série, que nas gramáticas é tradicionalmente denominada *artigo definido* e que serve para marcar o gênero dos substantivos, é o que o lingüista denomina como um "pronome meramente definidor".

De acordo com Celso Cunha (1986, p. 221), o artigo definido provém dos pronomes demonstrativos do latim *ille, illa* e *illud* que correspondem, respectivamente, a *aquele, aquela* e *aquilo* e, com o tempo, foi perdendo gradativamente o seu caráter demonstrativo.

No entanto, mesmo enfraquecido, ele ainda subsiste em alguns casos, como:

(16) "Ficamos **a** tarde inteira assistindo aos filmes da televisão". (= *esta*)

Pontes (1978, p.155), em contrapartida, afirma não encontrar nenhuma evidência sintática que a faça considerar o artigo definido como uma classe distinta da dos pronomes demonstrativos enquanto determinantes, já que ambos ocorrem em segundo lugar no sintagma nominal, logo após os quantificadores, sendo impossível co-ocorrerem. No exemplo abaixo, em que há uma elipse de nome idêntico, ela afirma que há tanto razões sintáticas, como semânticas que possibilitam classificar o chamado artigo definido e os demonstrativos como uma só classe de palavras:

(17) *Maria quer {o/ aquele} vestido que está no cabide.*

(18) *Eu quero {o/ aquele} vestido que está na gaveta.*

De acordo com Ducrot (1972, p. 251-257), do ponto de vista semântico, existe um intercâmbio entre os pronomes demonstrativos e os artigos definidos em determinados empregos. Ele cita uma situação em que esse intercâmbio ocorre: imaginemos o seguinte, uma pessoa mostra a outra um carro estacionado e lhe diz indistintamente "Suba no carro" ou "Suba neste carro". Como podemos observar, segundo Ducrot, os demonstrativos podem substituir perfeitamente os artigos definidos em determinados contextos; porém, por outro lado, os artigos definidos nem sempre podem substituir os demonstrativos, haja vista que estes estão sujeitos a certos limites que não existem no caso dos definidos. Para o lingüista, o demonstrativo serve para mostrar, sendo impossível, portanto, dizer: "este x", caso não exista um "x". Desta forma, o demonstrativo só pode ser utilizado caso esse "x" seja perceptível ao interlocutor no ato de fala, ou mencionado por outro meio no discurso; isto é, o pronome demonstrativo só pode ser empregado dentro do contexto lingüístico ou em uma situação extralingüística.

Lyons (1977, p. 672) afirma que os entes não precisam necessariamente terem sido mencionados ou estarem presentes na situação para tornaram-se "salientes" no discurso. Para exemplificar sua tese, ele cita o caso de um falante que, ao oferecer suas condolências a um amigo cuja esposa acabara de falecer, diz: "Senti muito ao ouvir as notícias: eu a vi ainda na semana passada". De acordo com Lyons, neste caso não é necessário especificar as notícias referidas pelo falante, nem tampouco quem é o referente de "ela" ("a") em "eu a vi ainda na semana passada", pois tais referências envolvem a noção do que Lyons denomina "experiência intersubjetiva", também conhecida como "conhecimentos compartilhados".

Para Câmara Júnior (1970, p.113), quando ocorre o emprego isolado do artigo definido, ou seja, quando ele atua como um pronome substantivo, é freqüente o artigo aparecer diante da palavra *que*, correspondendo a *aquele*, assinalado assim, de forma mais enfática, tal como podemos observar no exemplo que se segue:

(19) *“os que mais reclamam são os que menos razão têm”.*

(cf.: *aqueles que mais reclamam são aqueles que menos razão têm”.*)

Ainda segundo o autor, o papel dos demonstrativos é, por essência, dêitico; por dêixis entende-se:

faculdade que tem a linguagem de designar, mostrando em vez de conceituar. A designação dêitica ou mostrativa figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o signo lingüístico apresenta-se em dois tipos – o símbolo, que em um conjunto sônico representa ou simboliza, e o sinal, em que o conjunto sônico indica ou mostra. O pronome é justamente o vocábulo que se refere aos seres por dêixis, em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que nomeia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante – ouvinte (CÂMARA JÚNIOR, 1986, p. 49).

Como exemplos temos:

(20) "Não leia e depois não se queixem. Sofre do estômago e dos intestinos quem não conhece o Elixir Cintra (...) É infallível a cura e **aquelle** que não ficar curado não pagará nada pelo remedio. Dentição das creanças: as creanças nesta época, quasi sempre ficam atacadas de diarréas, febre, vomitos e para isso não há melhor remedio que o Elixir Cintra (...)"

(*O Alpha*, janeiro de 1913)

(21) "Adorei a reportagem com o Paul Newmann. As fotos, nem se fala. São lindas de morrer! Êle só pode mesmo estar cansado de tôda aquela beleza. É beleza para dividir com mais dez homens, pelo menos. Luiza Helena - Arapongas - Paraná. ... / *Por* coincidência, Luiza, a reportagem com Marlon Brando já estava pronta quando recebemos sua carta. Êle é assunto **neste** número de CAPRICHÔ."

(*Capricho*, abril de 1968)

(22) "Quero cumprimentar o repórter que focalizou o problema das macacas de auditório, em CAPRICHÔ QUINZENAL, através da reportagem O auditório, uma loucura. ... Parabéns à direção da revista por **esta** nova linha , com reportagens que apresentam alguma coisa mais do que simples fofocas sôbre artistas".

(*Capricho*, abril de 1968)

No entanto cabe aos demonstrativos um segundo papel: o anafórico. Enquanto os dêiticos são indicadores no espaço, os anafóricos fazem referência ao que foi (anáfora) ou vai ser dito

(catáfora) no contexto lingüístico. Abaixo, seguem, respectivamente, dois exemplos de anáfora e um de catáfora:

(23) "Todos os homens são paqueras em potencial, com exceção dos mais tímidos. Duvido que um homem nunca tenha dado sua paqueradinha. Acho muito natural um homem elogiar ou galantear uma mulher. Mas mexer, dizer gracinhas a tôda mulher que passa, apelar para a safadeza, isso não merece senão desprezo. **Êsses** homens, para mim, são moleques crescidos..."

(*Capricho*, julho de 1968)

(24) "Sou de Áries e estou gamada por um rapaz de Escorpião. Poderia saber qual vai ser o resultado desse namoro?/ ... **Este** namoro pode dar certo, tudo depende da sinceridade de cada um."

(Grande Hotel, agosto de 1977)

(25) "Por favor, mandem um recado ao Caetano Veloso. No número 196 de *CAPRICHOS*, ele diz que se acha muito feio. O recado é **este**: Caetano, você é lindo. Tem uma cara de anjinho que dá vontade da gente colocar você na parede do quarto da gente."

(*Capricho*, abril de 1968)

2.2. O uso das formas variáveis e invariáveis

Para Pontes (1978), através do recurso à propriedade [+/-animado], alguns determinativos, inclusive os demonstrativos, têm uma forma própria para pessoas e outra para coisas. Porém, de acordo com Rodrigues (1983), o recurso à essa propriedade não permite suprir adequadamente o sistema dos determinativos do português, pois as formas variáveis se referem a pessoas, as

invariáveis a coisas e, não há nenhuma forma específica usada apenas para animais. Ou seja, há uma forma para [+animado, +humano] e para [-animado, -humano], mas não há uma forma para [+animado, -humano].

Câmara Júnior (1970) também já havia atribuído a formas como *isto*, por exemplo, referência a coisas (propriedade [-animado]), mas, para Rodrigues, este tipo de atribuição não parece bem fundada, pois as formas invariáveis *isto*, *isso* e *aquilo* podem ser aplicadas também a seres animados não humanos e humanos, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(26) *Isto é um coelho;*

(27) *Aquilo que você vê lá são crianças brincando de roda;*

De acordo com Rodrigues (1983), a especificação do objeto referido é um dos fatores significativos para uma eficiente análise morfológica dos demonstrativos do português. De acordo com essa análise, a oposição das formas *isto* X *este*, *esta*, *estes*, *estas* é caracterizada pelos valores da propriedade [+/-especificado]:

isto = [-especificado]

este, *esta*, *estes*, *estas* = [+especificado]

Ao analisar os pronomes demonstrativos da língua portuguesa, Rodrigues (1983) sugere que eles sejam tratados da seguinte forma:

Quadro 4: Os pronomes demonstrativos da língua portuguesa, segundo Rodrigues (1983)

Interrogativos			<i>Kwal</i>	<i>Kwais</i>	<i>Kwál</i>	<i>Kwáís</i>
Correlativos			<i>Tál</i>	<i>Táis</i>	<i>Tál</i>	<i>Táis</i>
Ostensivos	Próximo-falante	<i>Isto</i>	<i>Éste</i>	<i>Éstes</i>	<i>Ésta</i>	<i>Éstas</i>
	Próximo-ouvinte	<i>Isso</i>	<i>Ése</i>	<i>Éses</i>	<i>Ésa</i>	<i>Ésas</i>
	Afastado	<i>Akílo</i>	<i>Akéle</i>	<i>Akéles</i>	<i>Akéla</i>	<i>Akélas</i>
Contextual		<i>O</i>	<i>Ele/ o</i>	<i>Éles/ os</i>	<i>Ela/ a</i>	<i>Élas/ as</i>

Como podemos observar, Rodrigues une as formas variáveis e invariáveis dos pronomes demonstrativos, através do que ele designou *ostensivos próximo* (do falante e do ouvinte) e *afastado*.

Cabe observar que Celso Cunha (1986) afirma que a capacidade dos demonstrativos em aproximar ou distanciar no tempo e no espaço as pessoas e as coisas a que se referem permitem expressar variados matizes afetivos, como admiração, confiança, indignação, malícia, pena e desprezo. Quando isso ocorre, notamos que o uso das formas variáveis e invariáveis pode ocorrer indistintamente na referência a seres animados e inanimados, tal como podemos verificar nos exemplos (28 e 29):

(28) *Isso é um monstro!* (referindo-se a um homem)

(29) *Essa é horrível!* (referindo-se a uma casa)

Assim, acreditamos que não podemos limitar o campo de referência das formas variáveis a seres animados, nem tampouco o das formas invariáveis a seres inanimados, como propõem Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978).

Quanto à proposta apresentada por Rodrigues (1983) acerca de uma propriedade cujos valores são marcados por [+/- especificado], acreditamos que esta seja mais coerente que a de Câmara Júnior (1970) e Pontes (1978); no entanto, quando o uso dos demonstrativos estiver ligado a valores afetivos, esta propriedade pode não apresentar uma análise compatível com a realidade de uso do demonstrativo, pois em (28), por exemplo, a forma a qual denominaríamos [- especificado], ou seja, "**isso**", contém maior valor afetivo, no caso, desprezo, contribuindo para melhor expressão do sentido que se quer atribuir a "homem".

Numa frase como: "**Isso** não quer estudar de jeito nenhum", a forma invariável do demonstrativo - referindo-se a um menino, por exemplo - é muito mais expressiva que em uma frase composta pela forma variável, como: "**Esse** não quer estudar de jeito nenhum". Nesta frase, em que há uma elipse de nome, no caso o substantivo *menino*, o demonstrativo, dependendo do contexto, pode ou não possuir valor afetivo, porém se tiver, será bem menor que na frase construída com a forma invariável. A esse respeito, Celso Cunha afirma que "quando aplicados a pessoas, os neutros *isto*, *isso* e *aquilo* têm, em geral, sentido fortemente depreciativo" (CUNHA, 1986, p. 330, grifo do autor). É interessante observar também que na frase "**Esse** não quer estudar de jeito nenhum", é a elipse do nome (menino) que abre espaço para um possível valor afetivo na relação "pronomes demonstrativo-substantivo", já que se o nome não estivesse elíptico ("**Esse menino** não quer estudar de jeito nenhum"), o demonstrativo desempenharia apenas a função de especificar o referente.

Com isso, concluímos que, ao contrário do esperado, diminuiríamos o grau de manifestação de desprezo em relação ao referente (seres animados ou inanimados) ou até mesmo

extinguiríamos a matiz conferida ao pronome, caso trocássemos a forma [-especificado] (isso), pela forma [+especificado] (esse), limitando ao demonstrativo um caráter exclusivamente referencial.

Tais considerações apenas confirmam o fato de que não podemos limitar os pronomes demonstrativos a uma análise puramente microlingüística.

2.3. Adjetivos, demonstrativos e o problema da classificação das palavras

Por muito tempo - até por volta da primeira metade do século XX - os pronomes demonstrativos eram considerados **adjetivos**, pelo fato dos adjetivos serem palavras de **origem nominal** (ex.: *bonito, feio*) ou **pronominal** (ex.: *este, aquele, algum, meu*). De acordo com essa origem, os adjetivos eram divididos em **qualificativos** (natureza nominal) e **determinativos** (natureza pronominal).

Sampaio & Baptista (s/d) afirmam que todas as formas *variáveis* de pronomes demonstrativos podem ser também adjetivos. Já os demonstrativos *invariáveis* não se portam como adjetivos, porque são sempre pronomes absolutos, ou seja, dêitica ou anaforicamente fazem as vezes de um substantivo. Os variáveis podem ser usados tanto como pronomes absolutos, quanto adjuntos, isto é, quando os pronomes juntam-se ao substantivo como adjetivos.

Chaves de Mello (1971) afirma que o problema da classificação das palavras pertence muito mais à Lógica do que à Gramática. Segundo ele, este é um problema filosófico, pois há muito tempo, desde os gregos, já havia grande preocupação em resolver esta questão, visto que os gregos preocupavam-se profundamente com a filosofia da palavra:

Aristóteles estabeleceu uma classificação gramatical admirável, em que distribuía as palavras em dois grandes grupos, os **categoremáticos** e os **sincategoremáticos**, isto é, as palavras que designam seres e as que indicam acidentes ou modificações dos seres [...]. (CHAVES DE MELLO, 1971, p. 197, grifos do autor).

Esta classificação perdurou até o advento da Linguística enquanto ciência, pois até então, era a Gramática Latina o modelo e pauta da gramática das línguas modernas. No decorrer dos anos, a classificação aristotélica mostrou-se insuficiente. Pensando nisso, a Linguística retomou o antigo problema, repensando-o e buscando-lhe uma solução à altura de seus progressos.

Vendryès (1923) apud Chaves de Mello (1971) apresenta uma nova classificação das palavras que as distribuía em três grandes classes:

- **nome:** substantivo e qualificativo (ou adjetivo);
- **verbo;**
- **instrumentos gramaticais:** todas as palavras que não o verbo e o nome.

O nome representa a visão estática das coisas, ao passo que o verbo indica um processo ou uma ação desenvolvida no tempo, isto é, representa a visão dinâmica das coisas.

Segundo Chaves de Mello (1971), a classificação de Vendryès atende à realidade da língua e à realidade da palavra, pois refere-se às idéias (nome e verbo) e às relações entre elas (demais vocábulos). A classificação do lingüista francês é seguida por muitos filólogos e lingüistas.

Além de Vendryès, Chaves de Mello (1971) cita em seus estudos a proposta de um gramático inglês, Sweet, de reservar o nome de adjetivo apenas aos qualificativos; aos demais, antes chamados adjetivos determinativos, aplica-lhes a designação genérica de pronomes. De

acordo com Sweet, os pronomes possessivos, demonstrativos e indefinidos, acompanhando ou não os substantivos, são pronomes.⁶

Questionando a proposta do lingüista inglês, Chaves de Mello (1971) sugere que os pronomes possessivos e demonstrativos recebam o nome de determinantes⁷ quando em função adjetiva, e de pronomes quando fazem lembrar um sujeito elíptico:

(30) *Esse menino é o meu filho e aquele é o filho de Francisco.*

↓	↓	↓
determinante	determinante	pronome

Silveira Bueno (1958) classifica as formas *este*, *esse*, *aquele* e suas respectivas variantes de gênero e número, como *adjetivos demonstrativos*, pois, segundo ele, “restringem a significação geral do substantivo, acrescentando-lhe circunstância de posição no tempo, no espaço.” (SILVEIRA BUENO, 1958, p.138). Para o autor, apenas as formas *isto*, *isso* e *aquilo* são, realmente, pronomes.

Ainda de acordo com o autor, os adjetivos são palavras que, colocadas junto aos substantivos, servem para qualificá-los (ex.: *Livro bom*) ou determiná-los (ex.: *Este livro*):

Qualificar é indicar um estado ou qualidade que se encontra no substantivo como que interna, intrínseca ao mesmo nome [...]. Determinar quer dizer limitar, restringir a idéia geral do substantivo, indicando uma relação para com o outro ao qual se refere. (SILVEIRA BUENO, 1958, p.123).

⁶ Cabe observar que esta proposta foi adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

⁷ O termo *determinante* é adotado para designar uma classe de palavras que engloba artigos, como *o*, *um*, e demonstrativos como *este*, *esse*, *aquele*. (ROSA, 2002), MATEUS; BRITO; DUARTE e FARIA (1983). De acordo com Rosa, “num uso mais amplo, artigos e demonstrativos são determinantes referenciais e destacam-se de dois outros tipos de determinantes: os **quantificadores**, palavras que denotam quantidade, como *todos*, *ambos*, *cada*, *algum* e numerais cardinais; e os **possessivos**, como *seu*, *meu*, por exemplo.” (ROSA, 2002, p.112)

Assim, segundo o autor, quando dizemos *Livro bom*, entendemos que a qualidade de ser bom é intrínseca ao objeto (livro), já quando dizemos *Este livro*, tomamos o substantivo (livro) e o colocamos numa relação de posição com referência a algo.

Silveira Bueno observa que muitos gramáticos não admitem como adjetivos senão os *qualificativos*, pois incluem os *determinativos* entre os pronomes. Ele é totalmente contra esta teoria, pois afirma que:

há inegável diferença entre estas duas frases: ‘Este livro é meu – De quem é **aquele**?’. Na primeira, **este é adjetivo**, pois está modificando o substantivo livro, claro, expresso. Na segunda, **aquele é pronome adjetivo** porque está ocupando o lugar do próprio substantivo livro, representado apenas pela circunstância externa de lugar. (SILVEIRA BUENO, 1958, p.123, grifos do autor)

De acordo com Chaves de Mello (1971), há uma certa *desinteligência de nomenclatura*, no que se refere às categorias gramaticais. Tais categorias são entendidas tradicionalmente como as diversas espécies de palavras, como, por exemplo, o substantivo, o pronome, o verbo. No entanto, atualmente, muitos estudiosos passaram a chamar de categorias, as noções que se exprimem por meio de morfemas, como o gênero, o número, o caso etc. Desta forma, as categorias não seriam as mesmas em todas as línguas, nem as mesmas em todas as fases da língua. Línguas como o português, não teriam a categoria de caso, presente no grego, no latim clássico, no alemão. A este respeito, Chaves de Mello afirma que:

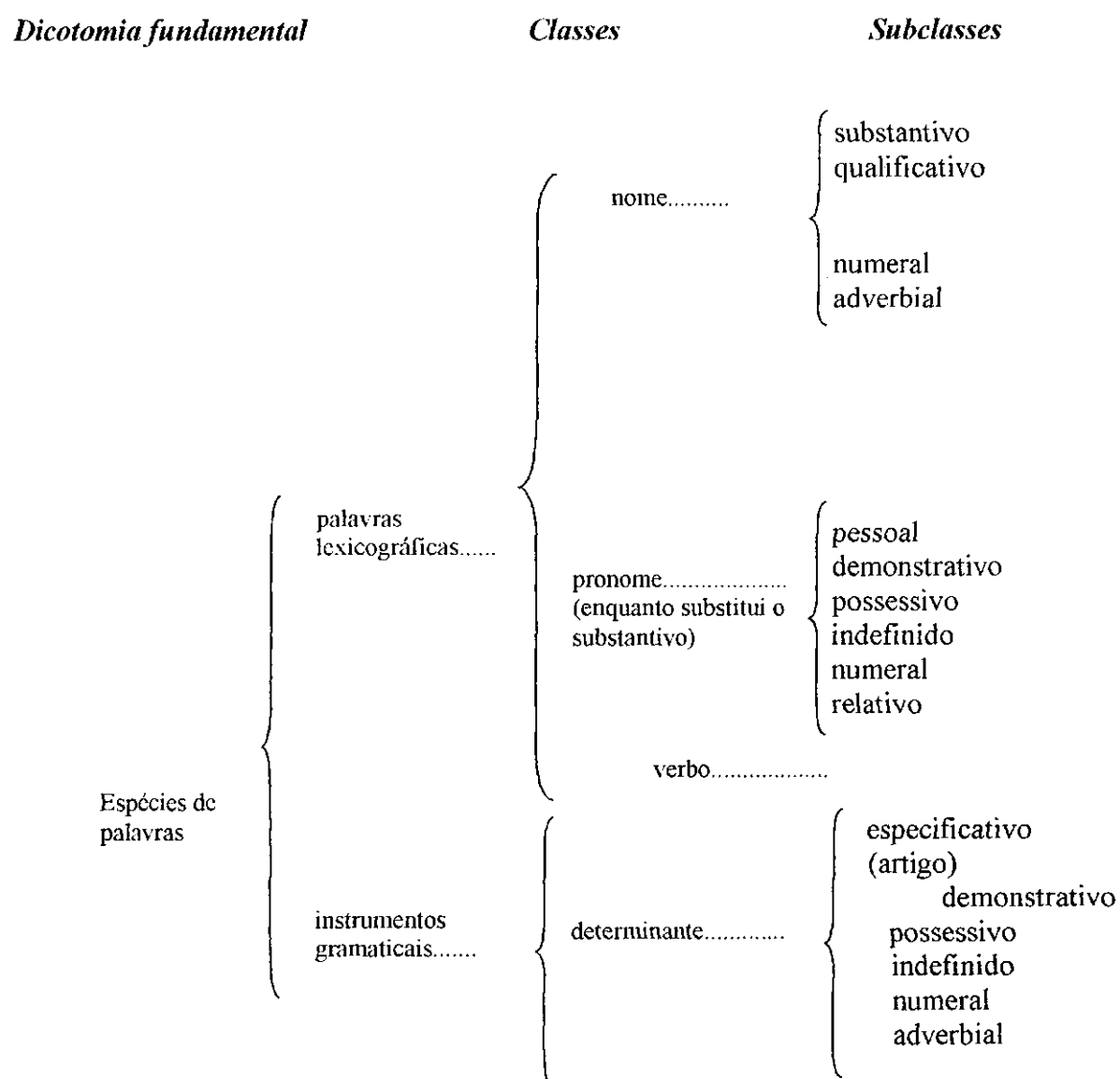
a nomenclatura deve ser unívoca e transparente, acho que melhor seria reservar o nome ‘espécies de palavras’ para indicar as partes do discurso, sentido que ressalta claro a expressão, - e atribuir o nome ‘categorias gramaticais’ às acidentalidades da idéia manifestada por morfemas, porque tais acidentalidades até agora não têm tido designação especial. (CHAVES DE MELLO, 1971, p. 202).

A classificação tradicional, que contava dez espécies de palavras (artigo, substantivo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição), passa a sete na classificação moderna (exclui-se a interjeição e o nome passa a designar o substantivo, o qualificativo e o numeral). Chaves de Mello (1971) propõe uma classificação de palavras mais simples ainda, composta por cinco espécies de palavras: nome, determinante, pronome, verbo e conectivo. É interessante observar que dentro desta classificação, o linguísta afirma que os qualificativos devem ser separados dos determinativos, pois enquanto os qualificativos se referem à nomenclatura, os determinativos estão ligados à estrutura.

Como já afirmava o autor: “A nomenclatura diz respeito às idéias, a estrutura se refere mais às relações entre as idéias.” (CHAVES DE MELLO, 1971, p. 199). Nas frases, as palavras que traduzem as idéias são os nomes (substantivos e adjetivos), as que indicam uma ação ou processo ocorrida no tempo são os verbos e, as demais palavras, como os demonstrativos, por exemplo, indicam as relações entre as palavras ou traduzem situações linguísticas.

O quadro exposto na página seguinte, proposto por Chaves de Mello (1971) sintetiza e dá uma visão de conjunto da classificação das palavras⁸:

Quadro 5: A classificação das palavras, de acordo com Chaves de Mello (1971)



⁸ Cabe observar que foram transcritas do quadro apenas as partes pertinentes ao nosso estudo.

É interessante observar que o *nome*, o *verbo* e o *pronome* (quando substitui o nome) são considerados *palavras lexicográficas* e, as demais, *instrumentos gramaticais*. Como o próprio nome diz, as palavras lexicográficas, diferentemente das palavras gramaticais, figuram no léxico, e como sabemos, o léxico está em constante renovação, a fim de atender às novas necessidades de comunicação. Ao contrário, as palavras gramaticais dificilmente são criadas numa língua e, quando isso acontece⁹, ocorre num longo intervalo de tempo.

Já que, de um lado, temos as palavras lexicográficas, e de outro, os instrumentos gramaticais, talvez deveríamos entender os adjetivos de natureza pronominal como casos especiais da língua, já que de acordo com a classificação de Chaves de Mello, os pronomes, inclusive, os demonstrativos, podem se comportar tanto como palavras lexicográficas, quanto como palavras gramaticais. Além disso, não podemos desconsiderar o fato de que antes de adjetivo, o "pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso". (ALI, 1964, p. 61).

Pensando em todas essas discussões, teorias e teses acima mencionadas, acreditamos que os demonstrativos, quando estão em função adjetiva, isto é, quando estão acompanhando um substantivo, podem estar desempenhando papéis diferentes, pois tanto dêitica quanto anaforicamente esses pronomes têm a capacidade de especificar e/ou qualificar o nome a que se referem. Porém, esses papéis só podem ser identificados dentro do contexto lingüístico. O demonstrativo é por natureza um *especificador*¹⁰, por isso, quando dizemos "*essas praias são muito bonitas*" é diferente de dizermos "*as praias são muito bonitas*": na segunda frase percebemos um sentido generalizador, embora tenhamos utilizado um artigo definido; na primeira

⁹ Esse fenômeno ocorre, muitas vezes, por meio de um processo chamado *gramaticalização*: um item lexical adquire estatuto gramatical.

¹⁰ Seja em função adjetiva, seja em substantiva.

frase, um valor *especificativo* parece-nos evidente. Além desse caráter *especificador*¹¹, o pronome demonstrativo pode desempenhar também um papel *qualificador*, no sentido de atribuir um valor afetivo (positivo ou negativo) à união "demonstrativo-substantivo". Neste caso, além de especificar, o demonstrativo também qualifica.

Observemos os seguintes exemplos:

(31) *Essa igreja está em reformas.* (Papel desempenhado = *especificador*)

(32) *Esse pessoal da prefeitura é muito enrolado.* (Papel desempenhado = *especificador/qualificador*)

Assim, poderíamos dividir os pronomes demonstrativos da seguinte forma:

Quadro 6: Função sintática e referência dos demonstrativos

PRONOMES DEMONSTRATIVOS			
FORMAS VARIÁVEIS		FORMAS INVARIÁVEIS	
FUNÇÃO:		FUNÇÃO:	
Adjetiva	Substantiva	Substantiva	
PAPEL:	PAPEL:	PAPEL:	
a) <i>Especificador</i> ; b) <i>Especificador/Qualificador</i>	a) <i>Especificador</i>	a) <i>Especificador</i> b) <i>Qualificador</i>	
REFERÊNCIA:		REFERÊNCIA:	
Endofórica e exofórica		Endofórica e exofórica	

¹¹ Cabe observar que estamos utilizando o termo *especificador* numa perspectiva semântica.

3. O sistema dos pronomes demonstrativos: breve percurso histórico

3.1. Latim clássico e vulgar

[] as decisões que a língua é levada a tomar no decurso de sua história são explicadas pela situação existente em um dado momento, e que, inversamente, o momento que precede essa crise já preparou os meios para resolvê-la, ou, pelo menos, pode ter preparado tais meios. (WARTBURG e ULMANN, 1975, p. 135)

Aparentemente, o latim possuía um sistema harmoniosamente equilibrado de pronomes, que parecia suprir a todas as necessidades da língua, tal como podemos observar no quadro abaixo, proposto por Wartburg e Ulmann (1975):

Pess.	1 <i>ego</i>	2 <i>tu</i>	3 (<i>is</i>)
Determ.		<i>is</i>	
Demonstr.	1 <i>hic</i>	2 <i>iste</i>	3 <i>ille</i>
Ident.		<i>ipse</i>	

No entanto, de todos estes pronomes, *is* era o mais exposto ao enfraquecimento semântico e fonético. Desde o latim clássico, *is* passa a ser substituído por *hic*. Com o deslocamento de *hic*, restaram apenas as formas *iste* e *ille*, como representantes dos pronomes demonstrativos. Diante dessa situação de "transição", a língua passa a ter duas opções: tentar manter, de alguma maneira, a distinção triádica dos demonstrativos ou "[] comprar sua tranquilidade ao preço da renúncia a qualquer diferenciação." (WARTBURG e ULMANN, 1975, p. 136)

Devido à tendência que a língua tem a conservar as categorizações (distinções), ela tenta repor de algum modo o sistema tripartido entre os demonstrativos e, para isso, faz um apelo a mais um pronome, *ipse*, no lugar de *iste*, como pode ser observado no latim vulgar. Tal fenômeno comprova a afirmação de Wartburg e Ulmann (1975, p.135) de que, quando uma forma começa a deslizar, isso pode perturbar o equilíbrio do sistema e acarretar, por si mesma, uma outra forma que, por sua vez, atrai uma terceira.

É interessante notar que o *ipse* que surge no latim vulgar não tem o mesmo valor que possuía na língua clássica¹², posto que, na verdade, constitui um equivalente do antigo *iste*, às vezes *hic*.

Dessa forma, de um modo geral, o latim vulgar tendeu a desenvolver uma tríplice oposição por meio dos demonstrativos *iste* (marcando proximidade da pessoa que fala), *ipse* (marcando proximidade da pessoa a quem se fala, embora tivesse um sentido menos definido e menos rigorosamente ligado à 2ª pessoa) e *ille* (referindo-se a uma posição remota). Cabe observar que esses pronomes eram comumente reforçados "por um velho advérbio ou partícula epítética *ecce*, ou *eccu(m)*, este último formado do mesmo advérbio *ecce* com o demonstrativo *(h)un(c)*, acusativo de *hic*. Ao lado destas duas formas, algumas línguas românicas postulam **accu* [] cruzamento de *eccu* e *atque*." (MAURER, 1959, p.110, grifos do autor).

Enquanto grande parte da România Antiga apresenta vestígios desse sistema, desde cedo nota-se uma tendência no sentido de conservar-se um sistema binário entre os demonstrativos, marcando-se apenas a posição de objeto próximo e objeto remoto, em relação ao falante. Portanto, podemos concluir que no latim vulgar existiam dois demonstrativos de sentido mais definido e persistente - *iste* e *ille* - e um terceiro, que ocupava uma posição intermediária entre os

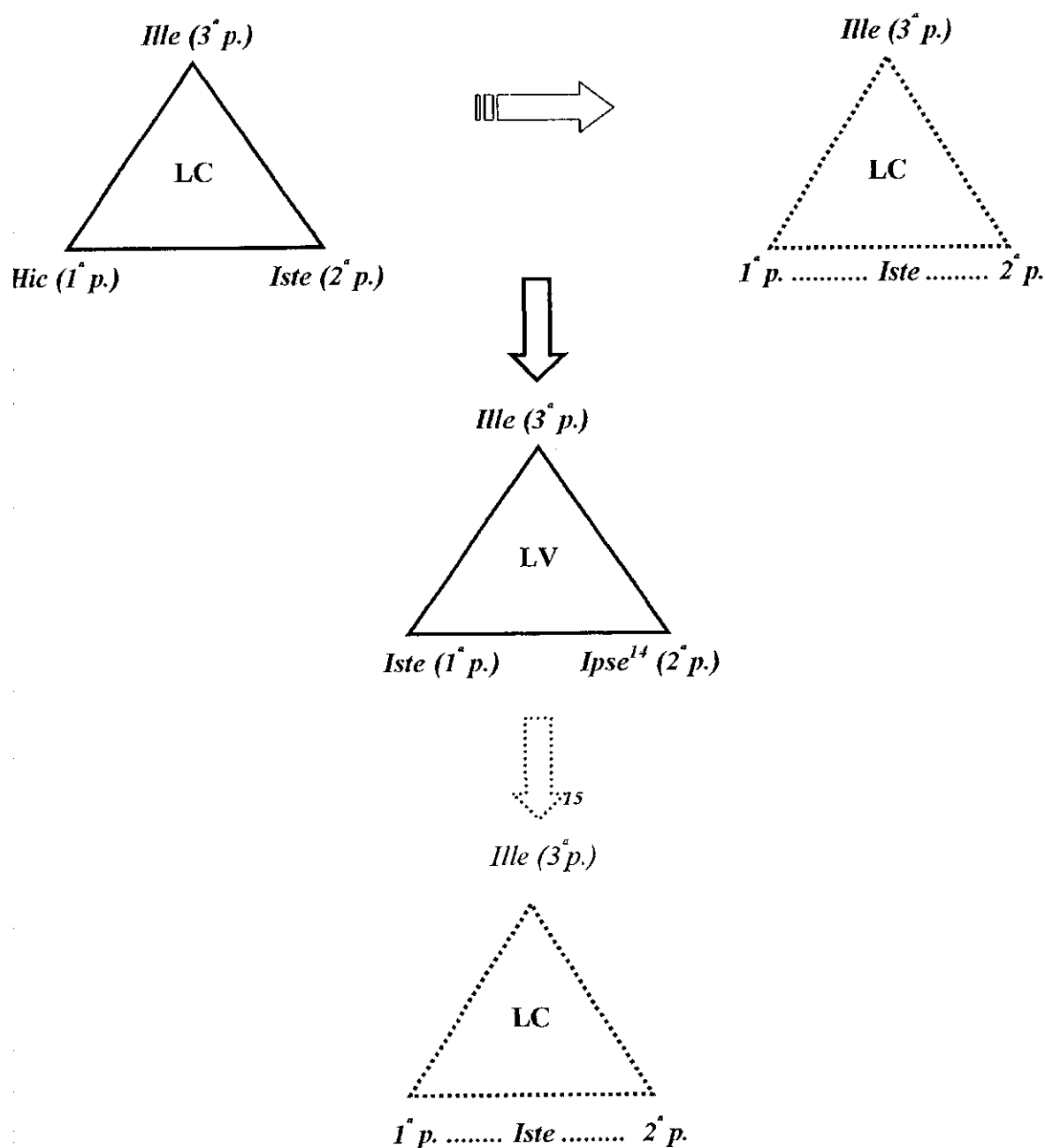
¹² *Ipse* torna-se um demonstrativo de sentido menos enfático do que na língua clássica, tendendo a substituir o antigo *iste*. (MAURER, 1959)

dois, de "vitalidade mais limitada e, talvez, de sentido um pouco mais vago: *ipse*." (MAURER, 1959, p.110)

Cabe lembrar que, de acordo com Coutinho (1970), essa tendência ao binarismo já se manifestava no latim clássico, pois havia uma confusão no uso dos demonstrativos, sendo freqüente encontrar-se empregado um em lugar do outro. "Desde os tempos de César, o pronome da segunda pessoa *iste* substitui o da primeira *hic*, que nos últimos tempos desaparece inteiramente." (COUTINHO, 1970, p. 256)

Câmara Júnior (1975) afirma que, provavelmente, o deslocamento de *iste* determinado pelo abandono do demonstrativo de 1ª pessoa (*hic*), fazendo com que *iste*, demonstrativo de 2ª pessoa, passasse a indicar a 1ª pessoa, tenha sido, a princípio, uma extensão de sua área, para se opor o campo em conjunto do eixo falante-ouvinte a tudo que lhe era exterior (*ille*). Se foi isso o que aconteceu, o antigo sistema ternário acabou sendo restabelecido através da restrição de *iste* para o campo do falante, e "[...] a adjucação de *ipse* para o campo do ouvinte, propiciada pela presença enfática de *ipse* junto às três pessoas pronominais, especialmente a 2ª." (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 103)

Assim, podemos descrever as variações sofridas pelo sistema dos pronomes demonstrativos do latim clássico (LC)¹³ ao vulgar (LV) por meio do seguinte esquema:



¹³ Considerando-o a partir do seu comportamento triádico.

¹⁴ Marcando um sentido menos definido em comparação à relação *iste* vs. *ille*.

3.2. Português arcaico

O sistema dos demonstrativos do período arcaico pode ser apresentado, segundo Mattos e Silva (1989) da seguinte forma:

Quadro 7: O sistema dos pronomes demonstrativos no português arcaico

forma		Simple	Reforçada
Referência	Num. Gen.	Sig. / Pl.	Sing. / Pl.
1. campo do Emissor (E)	m. f. n.	este estes esta estas esto ~ isto	aqueste aqueste aquesta aquestas aquesto ~ aquisto
2. campo do Receptor (R)	m. f. n.	esse esses essa essas esso ~ Isso	aquesse aquesse aquessa aquessas aquesso ~ aquisso
3. Fora do campo do E e do R	m. f. n.	- - -	aquele aqueles ~ aquel aquela aquelas aquilo ~ aquilo

Mattos e Silva dedica parte dos estudos de seu livro *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do português arcaico*, aos pronomes demonstrativos. Segundo a autora, no português arcaico freqüentemente os demonstrativos eram seguidos de nomes substantivos; ou seja, eram mais utilizados em função adjetiva. Era freqüente, também, o uso do demonstrativo

¹⁵ Essa quarta etapa representa uma hipótese nossa: se o *ipse*, marca um sentido menos definido em comparação à relação *iste* vs. *ille* presente no português clássico, acreditamos que, na verdade, a real oposição entre os

seguido de um nome próprio, quando um ou outro (pronome demonstrativo ou nome próprio) seria suficiente para indicar o que se quer designar. Com isso, Mattos e Silva observa que no português arcaico "o uso dos demonstrativos torna-se redundante, uma vez que o substantivo próprio individualizador por definição, seria suficiente [...]" (MATTOS e SILVA, 1989, p. 163).

Quanto a esse último comportamento do demonstrativo no português arcaico, acreditamos que talvez o seu uso ao lado de um nome próprio não constitua, necessariamente, um caso de redundância na língua, como propõe Mattos e Silva (1989), mas sim de ênfase, a fim de conferir ao nome próprio um valor afetivo, tal como, por vezes, utilizamos atualmente. Os exemplos que se seguem ilustram exatamente isso:

(33) *Esse Pedro vale ouro!* (ênfase com valor de admiração)

(34) *Essa Maria não vale nada!* (ênfase com valor de desprezo)

Mattos e Silva (1989) observa que, no português arcaico, ocorria uma variação nos usos dêitico e anafórico dos demonstrativos *este* e *esse*.

A autora afirma, também, que a análise do *corpus* lhe permite negar a validade de se propor um sistema ternário para os demonstrativos em que haja nítida oposição na seleção das formas do tipo *este*, *esse* e *aquele*, tanto em função dêitica quanto anafórica, pois ela nota que a verdadeira oposição que existia era entre os pronomes *este* e *aquele*.

Com isso, podemos concluir que, possivelmente, o sistema ternário que o latim vulgar tentou restabelecer através do pronome *ipse*, marcando referência à segunda pessoa do discurso, acabou perdendo-se, devido ao sentido vago e pouco definido de *ipse*. Teria permanecido, de

fato, um sistema de oposição bipartido, ou seja, *iste vs. ille*, no qual a forma de 1ª pessoa acaba por englobar o eixo falante-ouvinte.

Assim, embora a tradição normativa do sistema dos pronomes demonstrativos aponte, desde o latim clássico, para um sistema ternário, o uso, em contrapartida, aponta para um sistema binário. Por isso, apesar de se "defender" no português arcaico um esquema tripartido na estrutura da língua, o que mostra vitalidade no uso é o esquema bipartido *este vs. aquele*, herdado, provavelmente, do latim vulgar.

3.3. Português Clássico

Brandão (1963) ao estudar o sistema dos pronomes demonstrativos do português clássico afirma que o povo e até mesmo os "bons escritores" nem sempre eram exatos no emprego do sistema dos pronomes demonstrativos que considera o uso da forma *este* ligado a tudo que está próximo do falante, *esse* a tudo que está próximo do ouvinte e *aquêle*, ao que está fora do campo falante-ouvinte. A esse respeito o estudioso afirma que:

Notam-se às vezes vacilações que conviria evitar, fixando sobre este ponto normas lógicas e certas, fundadas na autoridade dos clássicos e accitas pelas pessoas cultas. (BRANDÃO, 1963, p. 221)

Como podemos notar, no português clássico, tal como no latim clássico e vulgar, bem como no português arcaico, o sistema dos pronomes demonstrativos passa por momentos de instabilidade, em que o uso não segue as mesmas regras da norma gramatical, demonstrando mais

uma vez um desequilíbrio em relação ao sistema ternário dos pronomes demonstrativos proposto para a língua portuguesa.

Talvez essas "vacilações" por parte de diferentes classes sociais no uso dos pronomes demonstrativos estejam ligadas ao fato de que, no português clássico, a principal função desempenhada pelos demonstrativos era a de "determinar ou representar um nome, mostrando a sua posição no espaço, no tempo, e na ordem relativamente às pessoas gramaticais" (BRANDÃO, 1963, p. 220). Ou seja, a principal função dos pronomes demonstrativos no português clássico era a dêitica, tal como podemos observar nos exemplos abaixo¹⁶:

(35) "**ESTA** ilha pequena que habitamos/ é em tôda **ESTA** terra certa escala..."
(Lus., I, 54)

(36) "Minha mãe é **ESTA**" (Camilo, A enjeitada, p.46)

(37) "...a inteligência do poeta precisa de viver num mundo mais amplo do que **ESSE** a que a sociedade traçou limites tão mesquinhos" (Herc., Eur., 14)

(38) "Assim o fez **NESTA** manhã o Divino Amante Cristo" (Vieira, Sem., 5^o, 125)

Se à dêixis está relacionada a noção de proximidade e distância, seja no espaço ou no tempo, provavelmente um sistema binário seria suficiente para marcar a noção "perto-longe", em que as formas *este* ou *esse* marcariam proximidade do falante e *aquêle*, distância. O próprio

estudioso, embora faça distinções de uso das formas *este* e *esse* nas referências espaciais baseadas na pessoas gramaticais¹⁷, afirma haver, para o uso dêitico temporal, um sistema binário marcado pelas formas *este* e *aquele*, em que "*êste* exprime uma fração do tempo que inclui o momento em que se fala e *aquele* indica tempo já transcorrido, mais ou menos remoto" (BRANDÃO, 1963, p. 223).

Embora o uso dêitico dos pronomes demonstrativos tenha sido bastante produtivo no português clássico, Brandão (1963) observa também uma outra função desempenhada pelos demonstrativos: a anafórica.

Quando os demonstrativos servem de indicar o que estamos dizendo, quando lembram ao nosso ouvinte ou leitor o que acabamos de enunciar e chamam-lhe a atenção para o que vamos dizer, têm o nome de anafóricos." (BRANDÃO, 1963, p. 227).

Na função anafórica, as formas *este*, *esta* e *isto* exprimem aquilo de que se está tratando, ao que já foi referido ou a algo de que se continua a falar. Observemos os seguintes exemplos:

(39) "Por fora **DESTA** grande cerca... estão vinte e quatro mil jazigos de mandarins"
(Fernão Mendes Pinto, Peregr., c, 105)

(40) "**ESTAS** palavras tais chorando espalha: 'Quantos povos a terra produziu...'"
(Camões, Lus., III, 102-103)

¹⁶ Todos os exemplos foram retirados de Brandão (1963).

¹⁷ O autor divide o uso dêitico espacial por meio das pessoas gramaticais a partir de três situações: 1) A forma *este* é usada para indicar o que está junto de nós ou em nós (em nosso corpo ou alma), *esse* refere-se à 2ª pessoa, mostrando o que está próximo dela ou o que existe nela e *aquele* exprime o que está distante das duas primeiras pessoas e diz respeito a 3ª; 2) Usa-se *este* quando se fala daquilo que se acha perto de nós e da pessoa a quem nos dirigimos e *esse*, pode designar coisas um tanto distantes de nós, sem se referir, entretanto, ao nosso interlocutor

Já as formas *esse*, *essa* e *isso* devem ser empregadas com referência ao que foi dito por nosso interlocutor:

(41) " **NESSE** caso que dizes, o que jaz doente, jaz fraco" (Sá de Miranda, Obras, II, 169-170)

(42) "Deixai-o ir que **ESSAS** são as maravilhas da minha Providência" (Vieira, Serm., 5^o, 182-183)

De acordo com Brandão (1963), as formas *esse*, *essa* e *isso* encontram-se, também, referindo-se ao que ficou atrás mencionado, apresentando assim, um sentido bastante semelhante ao de *este*, porém mais fraco:

(43) "...qual foi aqui o milagre?... O apartar-se de Cristo de nós, **ÊSSE** foi o milagre" (Vieira, Serm., 5^o, 17)

Da mesma forma que Brandão (1963) observa um uso binário na referenciação por dêixis temporal marcado pela oposição das formas *este* vs. *aquêle*, tal como já foi exposto anteriormente, o mesmo ocorre no uso anafórico "quando se faz referência a duas pessoas ou coisas já mencionadas, [em que] *êste* indica a última [e] *aquêle* representa a primeira" (BRANDÃO, 1963, p. 229, interpolação nossa). Observemos o exemplo (45):

ou leitor; 3^o) deve-se usar *este* para exprimir o que fazemos, pensamos ou dizemos e *esse* para fazer referência ao que nosso interlocutor faz, diz ou pensa. (BRANDÃO, 1963, p. 221-223)

(44) "AQUÊLES vícios (referidos em primeiro lugar) procedem da corruptela e fragilidade da natureza humana, e ÊSTE (o último referido)... tem grande deformidade contra a mesma natureza" (Bern., N., Fl., 2^o, 183).

Outra característica interessante no uso anafórico dos demonstrativos do português clássico a qual Brandão (1963) chama-nos atenção, é a de que "Parece de rigor empregar-se ÊSSE, quando representa pleonástica ou enfaticamente um termo da frase (sujeito, objeto, etc.)" (BRANDÃO, 1963, p. 229):

(45) "... o fogo das mesmas línguas, ÊSSE não passou, mas permaneceu" (Vieira, Serm., 5^o, 346)

(46) "... a (cegueira) que cega deixando os olhos abertos; ESSA é a mais cega de tôdas" (Vieira, Serm., 4^o, 86)

Silva Dias (1970) também observa essa função enfática conferida pela forma *esse* em determinadas situações:

O pronome *esse* emprega-se também emphaticamente representando uma pess. ou cousa como devendo, pela sua celebridade, etc., estar na mente das pessoas a quem fallamos ou a quem se suppõe que fallamos: "Que é, pois, a caixa econômica *essa* arvore que produz taes fructos de benção?" (Herc., Op. I, 161). (SILVA DIAS, 1970, p. 77)

Além dessas duas funções básicas dos demonstrativos, ou seja, a dêitica e a anafórica, há segundo Brandão (1963) uma terceira função derivada das primeiras, para qual existem palavras próprias: é a função identificativa, cuja finalidade é indicar um ser em si mesmo, de modo mais ou menos preciso. Cabe observar que, infelizmente, o autor não apresenta exemplos desse tipo de função.

O estudioso afirma, ainda, que, quando os demonstrativos estão unidos a um nome, são adjetivos - "NÊSTE momento aquelas vozes harmoniosas cessaram " (Herc., Eur., 132) - e, somente quando aparecem sós são pronomes - "Por ÊSTES vos darei um Nuno fero" (Camões, Lus., I, 12). Atualmente, os demonstrativos são considerados pronomes em ambas as situações, mudando apenas a função em que se encontram: adjetiva - quando acompanham um substantivo - e substantiva - quando estão sozinhos, ou seja, sem acompanhar um dado nome.

Por fim, no português clássico existiam também os **demonstrativos compostos**, porém tais formas, atualmente, já caíram em desuso. "Quando se quer distinguir dois ou mais seres que se acham na mesma situação espacial ou temporal em relação com as pessoas gramaticais, recorre-se aos demonstrativos compostos ou discriminativos (*êste outro ou estoutro, êsse outro ou essoutro, etc.*)" (BRANDÃO, 1963, p. 225). Observem-se os exemplos abaixo:

(47) "Quem será **ESTOUTRO** cá...?" (Lus., VIII, 5)

(48) "... matem-me **NESSOUTROS** vales" (Sá de Miranda, 1º, 15)

3.4. Português brasileiro do século XX

Segundo descrições de cunho normativista, o sistema dos pronomes demonstrativos portugueses preservou o caráter triádico do latim clássico, dividindo-se da seguinte forma:

Este, marcando referência ao campo do falante;

Esse, marcando referência ao campo do ouvinte;

Aquele, marcando referência ao que estiver fora do campo falante-ouvinte.

No entanto, muitas pesquisas relativas aos pronomes demonstrativos apontam para uma simplificação do sistema, que de ternário (*este/ esse/ aquele*) passa a binário (*este-esse/ aquele*) no português do Brasil.

De acordo com Câmara Júnior (1970), isso se explica devido ao apagamento da distinção entre o campo referencial do ouvinte e o do falante a fim de se criar apenas uma distinção dicotômica entre **perto** e **longe**, tal como ocorre no inglês através dos pronomes *this/ that*. Câmara Júnior (1971), afirma que a relação entre *este* e *esse* representa uma "evolução em marcha" na língua portuguesa.

Para o estudioso, um dos motivos desse "apagamento" está na sintaxe da língua, pois o emprego anafórico dos demonstrativos, ao assumir apenas a oposição entre *este* e *aquele* "com aparecimento de *esse* também, para o ponto próximo, como variante livre" (CÂMARA JÚNIOR, 1971, p. 328) tal como a língua escrita esforça-se por preservar, acaba interferindo no emprego dêitico, mesmo sendo este mais conservador em relação à preservação do esquema ternário. Ou seja, como elementos anafóricos, os demonstrativos centram-se no campo mostrativo do falante e, com isso, o sistema tripartido fundamentado na oposição falante-ouvinte perde o seu sentido. Dessa forma, cria-se uma "oposição entre o âmbito contextual do momento da comunicação e quaisquer outros, anteriores ou posteriores, de que o falante se acha atualmente afastado." (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 105)

Além disso, Câmara Júnior (1970) observa que a distinção fonológica entre *este* e *esse* é tão pequena (/st/ : /s/) que acaba promovendo um intercâmbio entre as duas formas na língua coloquial, mesmo em função dêitica, tornando-os gramaticalmente equivalentes.

De acordo com o autor, a forma *esse* predomina sobre *este* no Rio de Janeiro, o que equivale à mudança de /ste/ para /s/, e acrescenta que "a norma escolar combate essa tendência no sentido de repor o sistema tricotômico, em que *êsse* se circunscreve ao campo do ouvinte; e por *ê* se pautava a língua escrita e o registro formal da língua oral culta." (CÂMARA JÚNIOR, 1970, p. 114)

Todavia, devido ao fato de "uma língua reluta[r] em regra em abandonar qualquer das suas riquezas expressivas, mesmo quando de maneira geral se afigura excessiva" (CÂMARA JÚNIOR, 1971, p. 331), muitas vezes o "prejuízo expressivo" causado pela neutralização no uso das formas *este* e *esse* acaba sendo sanado através de um novo recurso que procura repor de algum modo o sistema tripartido dos demonstrativos: o uso dos advérbios de 1^ª (*aqui*), 2^ª (*aí*) e 3^ª (*ali*) pessoas. Assim, segundo o autor, por meio desses reforços adverbiais, cria-se um sistema tripartido não mais marcado exclusivamente pelo demonstrativo, mas sim pelos advérbios **aqui - aí - ali** que, inclusive, são advérbios pronominais por terem se originado dos pronomes demonstrativos.

Cabe observar que a língua escrita, tanto em Portugal como no Brasil, tenta preservar a distinção entre *este* e *esse* para referências dentro de um dado contexto lingüístico. Porém, a regra que criou para manter essa distinção, ou seja, *este* referindo-se ao que acaba de ser dito e *esse* ao que irá ser dito em seguimento, é uma convenção fora da realidade lingüística e que não é obedecida com rigor, principalmente no português brasileiro. "A norma imanente da língua escrita brasileira é usar *esse* em oposição a *aquela*, para comunicação global do momento, e recorrer a *este* como variante enfática de *esse*." (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p. 106)

Como podemos observar, Câmara Júnior (1970, 1971, 1975) reconhece uma variação no sistema dos pronomes demonstrativos do português brasileiro que, de ternário, passou a binário, com predominância de uso da forma *esse*, tanto em função anafórica, quanto em função dêitica.

Castilho (1978), ao analisar os pronomes demonstrativos na norma culta de São Paulo, centrando-se no estudo dos demonstrativos relacionados aos pronomes pessoais, verificou que, dentre as 177 ocorrências encontradas no *corpus* utilizado¹⁸, 107 eram do pronome *esse*, ao passo que a forma *este* teve apenas 22 ocorrências. No entanto, de acordo com o autor, essa "vitória" da forma *esse* sobre *este* não pode ser entendida de forma simplista, pois "o esquema binário é substituído pelo ternário assim que o locutor entra em assunto em que se faz necessário especificar melhor a posição de cada coisa." (CASTILHO, 1978, p. 31). Por outro lado, coadunando-se com Câmara Júnior (1970), Castilho afirma que mesmo o esquema binário pode repor o ternário através dos advérbios *aqui*, *ai* e *ali*.

Pavani (1987), em sua dissertação de mestrado acerca do uso das formas *este*, *esse* e *aquele* no português culto falado em São Paulo, afirma ter encontrado "uma alternância entre as formas demonstrativas este e esse, as quais se mostravam gramaticalmente equivalentes" (PAVANI, 1987, p. 85, grifos da autora), tanto em função endo- como exofórica.

Dessa forma, a autora conclui que:

na linguagem oral culta, apesar de serem utilizadas as três formas demonstrativas (este, esse, aquele), há uma tendência a se reduzir o esquema dos demonstrativos de ternário a binário (este/ esse X aquele). Nossos dados mostram, ainda, uma significativa prevalência de esse sobre este: das 954 ocorrências destas duas formas demonstrativas, 799 são de esse (83, 75%) e apenas 155 são de este (16, 25%). É a vitória de esse sobre este que se pronuncia em nossos dados. (PAVANI, 1987, p. 86, grifos da autora)

Roncarati (2003), em estudo acerca dos mostrativos na variedade falada carioca, afirma estar havendo uma reconfiguração paradigmática no sistema dos mostrativos de primeira (*este*) e segunda (*esse*) pessoas, pressionando, assim, a implementação de um sistema binário. De acordo

¹⁸ *Corpus* retirado do projeto NURC/ SP.

com a autora : "está-se instalando um mecanismo compensatório visando a restabelecer o sistema ternário visivelmente debilitado." (RONCARATI, 2003, p. 157).

Esse mecanismo consiste no emprego de reforços adverbiais, tal como já havia apontado Câmara Júnior (1970) e Castilho (1978) e, em menor escala, no uso de quantificadores resumitivos que, segundo Castilho (1990 apud RONCARATI, 2003), ao passo que quantificam, sintetizam informações suporte. É interessante observar que, nos usos discursivos-pragmáticos dos mostrativos dêíticos e fóricos na língua falada carioca, nota-se: "o avanço de funções confinadas a casos de referenciação de domínios inferíveis." (RONCARATI, 2003, p. 157)

Já Nascentes (1965 apud BECHARA, 1972) afirma que as formas *este* e *esse* lutam entre si para não serem desbancadas e que, talvez, a forma vitoriosa seja *este*, por ser de 1ª pessoa e indicar maior proximidade do que *esse*. A tese de Nascentes, a princípio, parece-nos teoricamente viável: afinal, com um sistema bipartido, a oposição que se passa a ter limita-se à noção "perto-longe" do falante, seja esta textual, espacial ou temporal.

Em pesquisa de Iniciação Científica intitulada "*Os pronomes demonstrativos nos anúncios de jornais do século XIX*", pudemos constatar um desequilíbrio no sistema dos demonstrativos, no qual as formas *este* e *esse* encontravam-se em variação, com predominância no uso do demonstrativo *este* de forma bastante significativa no *corpus*, tanto em função dêítica como anafórica. Como essa característica se opunha, em parte, aos estudos realizados para o século XX (cf. (Câmara Júnior (1970, 1971), Castilho (1978) e Pavani (1987))), resolvemos prolongar nossa pesquisa para o início do século XX, mais especificamente até 1910, e verificamos que a forma *este* ainda era a mais utilizada, tal como fora no português arcaico, segundo Mattos e Silva (1989).

Por outro lado, embora reconhecendo que em muitos estudos relacionados ao sistema dos demonstrativos no português do Brasil há um consenso em relação à redução de um esquema

ternário para um binário, Bechara (1972), ao examinar a sintaxe dos demonstrativos *este* e *esse* em setenta (70) crônicas dispostas no livro "*A mulher do vizinho*" de Fernando Sabino (1962) - excelente representante do uso da linguagem coloquial escrita do português do Brasil, segundo Bechara - percebe que, "dentre as centenas de exemplos que se distribuem pelas duzentas e poucas páginas do livro, raríssimas são as vezes que Fernando Sabino deixa de refletir a lição geral da gramática normativa." (BECHARA, 1972, p. 60). Ou seja, a marcação tripartida dos demonstrativos que considera a oposição dos campos do falante e do ouvinte é preservada pelo escritor. A esse respeito, o gramático afirma que:

impassíveis às múltiplas perspectivas gramaticais, semânticas e estilísticas dos demonstrativos, esses clichês vêm resignada e coerentemente vencendo, através dos tempos a onda inovadora que perpassa por todos os níveis da língua e nos dão uma das maiores demonstrações de estabilidade numa seara tão convidativa e propícia a mudanças. (BECHARA, 1972, p. 67)

Portanto, para Bechara (1972) há uma preservação do sistema tripartido, pelo menos na língua coloquial escrita. No entanto, apesar do estudioso considerar Fernando Sabino um ótimo representante da *língua coloquial escrita*, não podemos desprezar o fato de que estamos diante de um escritor, ou seja, de um indivíduo que domina a norma gramatical da língua e que, portanto, pode estar consciente ou inconscientemente colocando em prática essa norma.

Jungbluth (1999) também acredita que o sistema ternário continua sendo usado pelas línguas românicas, porém em função dêitica, especialmente na comunicação oral direta, situação em que os oradores e ouvintes estão pessoalmente envolvidos em desenvolver a conversação como atividade de junção.

A autora defende a tese de que, se havia tradicionalmente um sistema tridimensional em uso, como no latim e no inglês antigo, por exemplo, essa tradição lingüística é continuamente

praticada, especialmente na fala informal do dia-a-dia (dialetos ou língua padrão), mesmo se a norma escrita oficial ou em uso formal realmente tiver abandonado o sistema antigo e atualmente apenas faça uso de um sistema bidimensional menos diferenciado.

No entanto, como já pôde ser observado, no latim clássico e, principalmente, no vulgar, já havia uma variação no sistema dos demonstrativos, estabelecendo-se, na verdade, uma oposição binária. Por isso, acreditamos ser no mínimo "arriscado" afirmar que a tradição lingüística de um sistema tridimensional esteja sendo continuamente praticada pelas línguas românicas, haja vista que esse sistema demonstrou-se bastante instável desde o latim. No português do Brasil, por exemplo, acreditamos que a existência de um sistema binário seja fato, e, se uma tradição lingüística vem realmente sendo mantida no sistema dos pronomes demonstrativos dessa variedade do português, talvez essa tradição esteja justamente na manutenção de um sistema binário, observado desde o latim clássico e vulgar, passando pelo português arcaico, pelo português do século XIX e XX.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de que o próprio inglês antigo, que mantinha um esquema ternário, acabou perdendo-o com o passar do tempo, utilizando atualmente um esquema binário (*this/ that*) que cumpre perfeitamente o seu papel referencial.

O embasamento teórico pelo qual nos pautamos no decorrer de nossa pesquisa, bem como o estudo de alguns trabalhos científicos que apontam para uma variação no sistema dos pronomes demonstrativos no português do Brasil, com predominância de uso da forma *esse* em relação à sua concorrente, *este*, motivaram-nos a desenvolver um estudo quantitativo-qualitativo das formas *este* e *esse*. Essa proposta se justifica por - como já foi anteriormente afirmado neste trabalho -, em pesquisa de Iniciação Científica acerca do sistema dos pronomes demonstrativos no século XIX, termos verificado que o uso da forma *este* era expressivamente predominante no nosso *corpus* (anúncios de jornais) durante todo o século pesquisado, em oposição ao demonstrativo *aquela*, contrariando, dessa forma, o que as demais pesquisas apontavam para o século XX; ou seja, predomínio de uso da forma *esse*.

1. Metodologia

Acreditando que um fenômeno de variação e possível mudança numa dada língua constitui-se num processo lento, ficamos surpresas com essa diferença: afinal, vimo-nos diante de afirmações opostas. Embora saibamos que há várias diferenças entre o universo da língua escrita e o da fala e que, portanto, há diferentes manifestações de uso de um dado elemento lingüístico - no caso, os pronomes demonstrativos - em variados contextos e situações, mesmo assim, acreditamos que essa oposição de afirmações merecia um estudo especial.

Diante disso, preocupamo-nos em trabalhar com um *corpus* que representasse um estado intermediário entre língua escrita e língua falada, sem que, para tanto, distanciássemos-nos da modalidade jornalística, pois um de nossos objetivos é o de realizar um estudo descritivo-comparativo entre os dados do século XIX e os dados do século XX. Por isso, utilizamos o jornal

até o início do século XX, mais precisamente, até 1915 e, depois, passamos a utilizar revistas femininas de caráter popular, haja vista que o jornal mudou expressivamente o seu perfil, tornando-se bastante formal e, portanto, pouco propenso a variações lingüísticas (cf. cap. 1 e 2).

Cabe observar que delimitamos algumas partes das revistas por nós utilizadas (*Capricho* e *Grande Hotel*), utilizando como critério de seleção, o fato de representarem justamente um estado intermediário entre língua oral e língua escrita, o qual denominamos *língua oral escrita*. Assim, coletamos, predominantemente, dados na seção de cartas das leitoras e, também, alguns depoimentos dos ídolos de massa (cf. cap. 1, 19-24)

Além de tentarmos apontar a "forma vitoriosa" entre as variantes *este* e *esse* através de uma avaliação quantitativa, temos como objetivo maior, tentar identificar o fator ou o grupo de fatores que condicionaram e/ou estão condicionando as formas representativas de um esquema que se tem mostrado, como já foi dito, binário.

Para procedermos a uma análise qualitativa dos demonstrativos, delimitamos alguns critérios a serem estudados, ligados diretamente ao uso desses pronomes. Em primeiro lugar, procuramos classificar a função em que se encontrava o pronome, ou seja, adjetiva ou substantiva, para que, posteriormente, pudéssemos classificar o tipo de referência estabelecida pelo demonstrativo: dêitica ou anafórica.

Quanto a esta última, achamos pertinente subdividi-la, pois encontramos no uso anafórico diferentes formas de manifestação, ou melhor, diferentes maneiras de estabelecer a referência textual que, no estudo ao qual nos comprometemos a realizar, não poderiam ser reduzidas à simples classificação "anáfora".

Deste modo, a subdivisão que propomos nesse trabalho quanto ao uso anafórico pode ser apresentada da seguinte forma:

a) anáfora do tipo I: consiste no uso anafórico comumente observado em diversas gramáticas normativas da língua portuguesa, em que o elemento anafórico, no caso o pronome demonstrativo, aparece junto a um nome anteriormente mencionado. Como exemplos temos:

(49) " Maravilhoso Medicamento. O afamado remedio do Doutor Brande Infalivel para a cura radical e permanente de fraqueza dos órgãos genitais. Cura positiva todos os casos de impotencia, prostração nervosa, perda da faculdade de procreação, polluições nocturnas, hypertrophia dos testículos, molestia dos rins e da bexiga, e debilidade em geral. Esse remedio há de effectuar curas, mesmo depois de ter fallido todos os demais remedios..."

(*O Popular*, abril de 1902)

(50) "... se você tiver complexo de inferioridade -principalmente naqueles dias...!- você vai ganhar péssima nota. Para estar preparada: comece por esquecer para sempre as toalhinhas laváveis, tão antiquadas. Lembre-se que essas toalhinhas podem demonstrar falta de higiene!"

(*Capricho*, junho de 1976)

(51) "... Fugi de casa mas agora descobri que estou grávida e não sei o que fazer, pois meu namorado voltou para o Rio. Neste meio tempo, conheci um senhor que sabe de toda a minha vida e que quer se casar comigo... / ...Olha, Rosa Triste, não acho que o casamento com este senhor seja a solução para sua vida, ... "

(*Grande Hotel*, agosto de 1977)

b) anáfora com elipse de nome: neste caso há uma retomada de um nome já mencionado, por meio, exclusivamente, do pronome, visto que o nome encontra-se elíptico na frase, tal como podemos observar nos exemplos abaixo:

(52) "Festividade Religiosa. No dia 31 deste mez de Julho - Domingo - terá logar a festa da Gloriosa *Senhora* Santa Anna na Igreja Matriz de *Nossa Senhora* da Conceição, consta o seu programma de Novenas que principiaram no dia 22 deste, Missa cantada, Sermão, Procissão, orando ao Evangelho, o *Reverendissimo* Vigario José Joaquim de Souza Oliveira. A Procissão percorrerá as ruas Direita, Travessa da Cadêa, Matriz Nova até a do Portico , e por *esta* até á rua Direita."

(*Gazeta de Campinas*, novembro de 1870)

(53) "Mãi desalmada. Uma mãi aborrecida de crear uma filhinha de dois mezes de idade, entregou-a á uma escrava do *senhor* José de Oliveira Bastos para dal-a a quem quizesse. A escrava, na noite de 15 do corrente andou com a misera creancinha de [ilegível], dizendo havel-a encontrado sobre as calçadas da rua, até que o *senhor* Oséas Borges da Costa, de São Pedro, tomou conta **d'esta** e depositou-a em casa de uma família para no dia seguinte leval-a para a sua."

(*Gazeta de Campinas*, agosto de 1882)

c) anáfora do tipo II: o demonstrativo retoma um nome anteriormente mencionado através de um sinônimo direto ou de um sinônimo contextual. É importante salientar que concordamos com Guimarães (1995), quando a autora afirma que:

Já está consabida e aceita a tese da inexistência de sinônimos perfeitos, ou seja, passíveis de serem permutados em quaisquer contextos, dada a diversidade de conotações que pode circundar a essência da carga semântica de palavras apontadas como sinônimas. (GUIMARÃES, 1995, p. 30).

(54) "Levando a vida sedentaria e alimentando-me bem, tive a infelicidade de ser atacado de hemorroides. O que soffri com essa doença, sabem os que della padecem, dores, mau humor, rosto e cabeça quente, não podendo trabalhar sentado; emfim, uma verdadeira infelicidade. Recorri a todos os meios, estive a ponto de fazer operação, a qual graças a Deus, evitei com o uso das PILULAS ANTIDYSPEPTICAS, DE O. HEINZELMANN, ... *Armando Brienlle*. Negociante."

(*O Alpha*, agosto de 1813)

(55) "... Certifico-lhes que minha filha, examinada por medicos, foi declarada tuberculosa... Teve desde 14 annos, flores brancas sempre atacada de constipações, bronchites e teve tambem pneumonia, sarampo e aos 17 annos, typho. Foi essa doença a que mais lhe abateu, desde então começou a ter signaes de tuberculose... *Clara de Araujo Coutinho*. Parteira."

(*O Alpha*, julho de 1913)

(56) "Sem dúvida foi tudo uma grande tolice, um impulso de momento, do qual arrependo-me amargamente. Na realidade, não a amo. Mas sei que tenho obrigação moral de casar-me, apesar de ela ser maior de idade... - Êrro fatal. / Sim, meu amigo. Você tem obrigação de dar seu nome a essa môça que confiou em você e que o ama. Foi uma pena não ter sabido controlar-se, ter cedido à tentação."

(*Capricho*, abril de 1963)

(57) "Meu noivo pediu-me uma 'prova' de amor e deixou-me porque lhe respondi que não. Depois comecei a namorar um rapaz a quem ameí desesperadamente. / Êste também queria certas intimidades e uma prova de minha honestidade. ...Você não teve sorte, meu bem! Arranjou dois namorados que não valiam nada! ...Deixe de lágrimas, pois esses moços não as merecem."

(*Capricho*, abril de 1963)

(58) "Até que enfim vocês publicaram uma entrevista do Claudio Marzo, êsse garôto maravilhoso das telenovelas..."

(*Capricho*, julho de 1968)

(59) "Gostaria de conhecer alguns detalhes sobre os nativos de Áries, pois estou gamadona por um rapaz desse signo. - Libriana Feliz"

(*Grande Hotel*, outubro de 1977)

(60) "Pílulas Rosadas do Doutor Willians. Pelo espaço de cinco annos soffri dos desarranjos naturaes ao meu sexo. Estava muito muito nervosa, ... A minha gratidão ás Pílulas Rosadas do Doutor Willians é grande, e não vejo inconveniente em publicar-se esta carta a bem de outras mulheres que soffrem d'essas penosas enfermidades..."

(*O Alpha*, julho de 1913)

d) anáfora do tipo III: esta anáfora caracteriza-se por, através do demonstrativo, retomar não apenas um nome, mas toda uma idéia ou uma ação. Em alguns casos, ela só pode ser compreendida se houver um conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Seguem abaixo alguns exemplos, sendo os três últimos (66, 67 e 68) marcados pelo conhecimento compartilhado entre a revista e a leitora:

(61) " A PENDULA MERIDIONAL, Relojoaria. Nesta officina sob a direcção de seu proprietario Braz Massari, faz-se com promptidão, solidez e barateza todo e qualquer serviço concernente a esta arte, ..."

(*A Noticia*, fevereiro de 1898)

(62) "O contribuidor da Belleza! Belleza, hygiene e mocidade. Anti-echimosis Faral... É soberano contra os rigores do tempo! Este poderoso especifico, de côr e perfume agradaveis, faz desaparecer completamente, sem offender a cutis, Sardas, Pannos, Rugas, Cravos, Espinhas e Manellas de qualquer natureza, que tanto desfigura a pessoa. Assim quem não quizer soffrer desse mal, deve usar com empenho o Anti-Echimosi Faral..."

(*O Alpha*, dezembro de 1911)

(63) "Estou procurando solteira ou viúva rica, para fins matrimoniais. Pode ser de qualquer idade ou côr... - Avelino J. S. / Quer dizer, que você só faz questão do dinheiro da noiva, não é? Não importa que seja branca ou preta, gorda ou magra, baixa ou alta, solteira ou viúva, boa ou má, desde que seja rica! Pois bateu em porta errada, Avelino! Eu não cuido desses casos!"

(*Capricho*, abril de 1963)

(64) "Sou tímida demais, sempre me atrapalho com rapazes por esse motivo. Agora estou namorando e sinto que estou apaixonada. Gostaria de saber se Sagitário combina com Gêmeos. - Tímida e Apaixonada."

(*Grande Hotel*, abril de 1978)

(65) "Uma jovem ciumenta e possessiva tenta viver bem com um camaradinho calmo, reservado e 'desligadão', é lógico que não ia dar certo. Uma coisa é certa: ele gosta de você, mas prefere morrer a demonstrar esse sentimento. No momento, ele deseja ficar na crista da onda, isto é, aproveitar a beleza e a juventude que Deus lhe deu."

(*Grande Hotel*, abril de 1978)

(66) "... Recebe assucar refinado de 1ª e 2ª qualidade, pelo processo de cristalização, bastante conceituado entre os que conhecem *esses* sistemas de clarear, depurar e cristalisar."

(*Gazeta de Campinas*, agosto de 1872)

(67) "Animal desaparecido. Li n' O Alpha, o annuncio do desaparecimento de um animal do pasto de minha propriedade. Isto é mentira; eu não tenho pasto de aluguel nem um. *Esse* individuo está louco. Rio Clo, I de janeiro de 1913. Bino Leandro."

(*O Alpha*, novembro de 1913)

(68) "Meus parentes e vizinhos estão falando de mim. Diga-me com sinceridade: sou uma mulher leviana? - Samaritana. / Claro que tem sido muito leviana, minha amiga. ... É uma mulher de mais de trinta anos, é esposa, é mãe. Não tinha pois, o direito de fazer tolices. Procure esquecer-se *dêsse* rapaz, pois a felicidade de seus filhos depende disso."

(*Capricho*, abril de 1963)

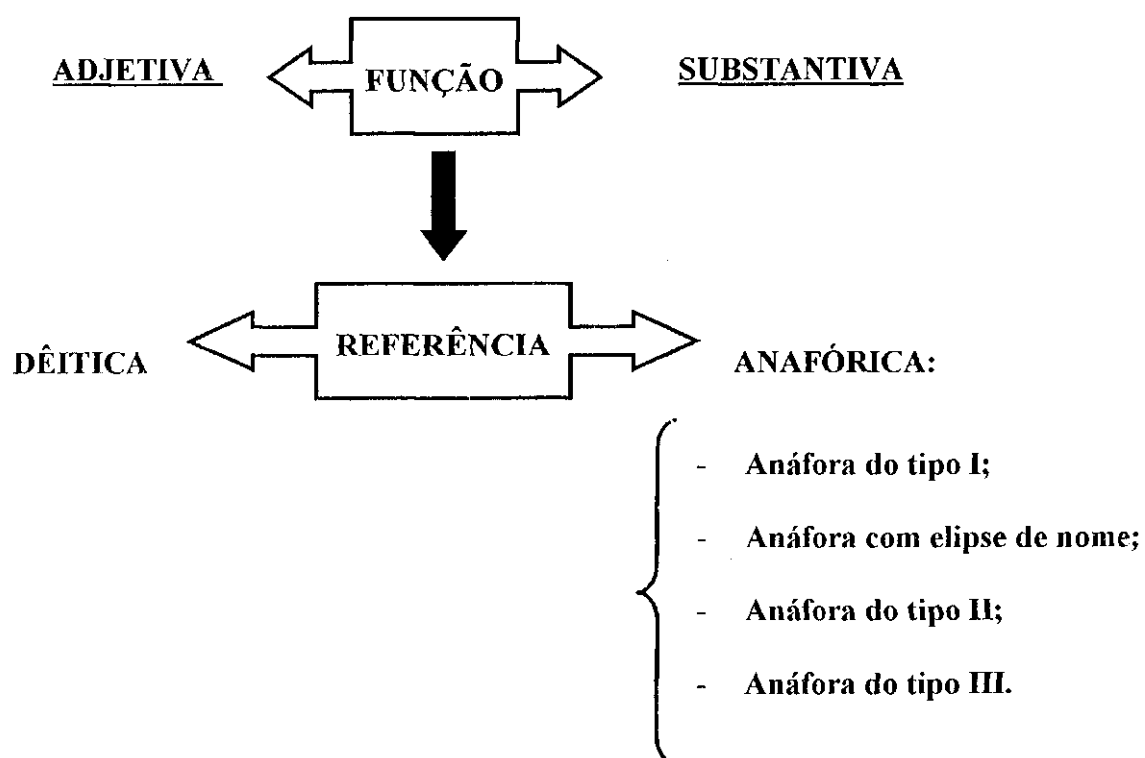
Cabe ressaltar que tanto na anáfora do tipo II, quanto na anáfora do tipo III, levamos em consideração o fato de que a sinonímia só existe efetivamente no nível textual. De acordo com Guimarães (1995):

[...] na perspectiva da chamada "semântica referencial", são lexemas sinônimos os que possuem *identidade referencial*, quer dizer, os que se referem a um mesmo objeto, ação, processo, estado etc. da realidade extralingüística, mencionados em dois ou mais lugares sucessivos do texto. (GUIMARÃES, 1995, p. 31)

Essa *identidade referencial* a qual a autora se refere pode se dar através de uma sinonímia, de uma hiperonímia - quando a referência é marcada pela relação "todo/parte" - ou ainda, por meio de uma hiponímia - quando a referência é marcada pela relação "parte/todo".

Porém, embora reconheçamos estas diferentes formas de estabelecer a substituição lexical dentro das anáforas do tipo I, II e III, não utilizamos em nossa análise esse critério de diferenciação.

Assim, nossos critérios de análise podem ser resumidos através do seguinte esquema:

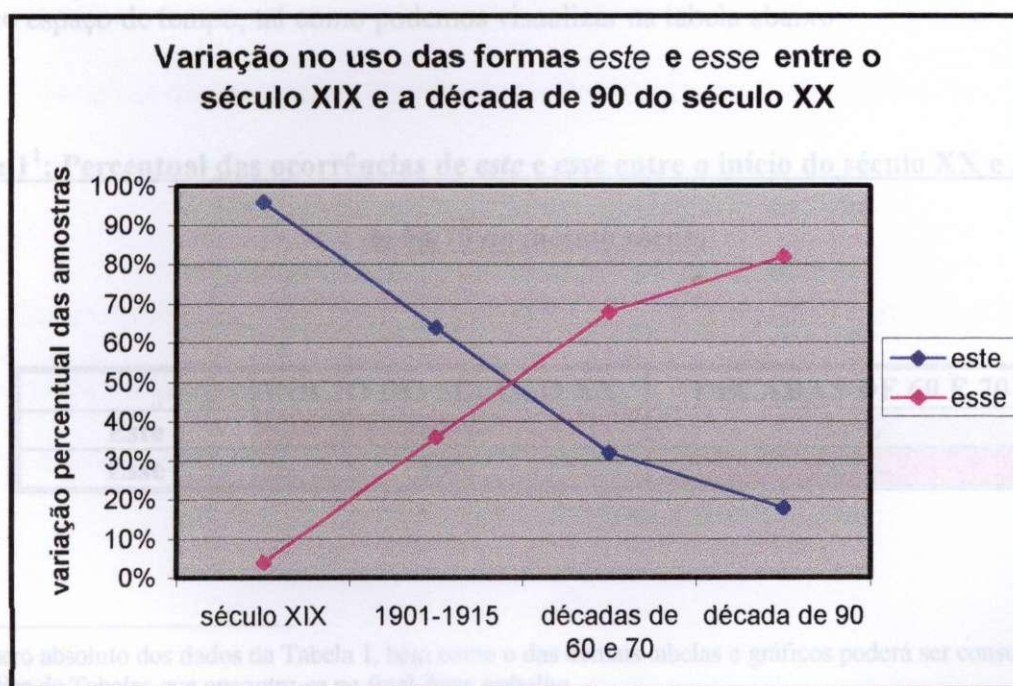


2. Resultados gerais

Considerando-se os quatro momentos históricos que compõem o recorte do estudo - século XIX, início do século XX (1901 a 1915), décadas de 60 e 70 do século XX e, por fim, a década de 90 do mesmo século - encontramos dentre os jornais e revistas pesquisados um total de 962 ocorrências dos demonstrativos *este* e *esse*, considerados também, evidentemente, nas suas respectivas formas preposicionada, plural e feminina.

Dessas 962, obtivemos 616 ocorrências da forma *este* e 346 da forma *esse*, configurando assim, uma expressiva predominância do demonstrativo *este*. No entanto, se dividirmos as 962 ocorrências em seus respectivos momentos históricos, poderemos observar o seguinte fenômeno:

Gráfico 1



Como pode ser visto, há uma evidente variação no uso das formas *este* e *esse* no período que vai do século XIX até a década de 90 do século XX. O demonstrativo *este* é predominantemente usado durante o século XIX, chegando a um percentual que quase extingue o uso de seu concorrente *esse*: 96%. Dessa forma, pelo menos do ponto de vista quantitativo, o levantamento dos dados aponta para um sistema binário no uso dos pronomes demonstrativos marcado pelas formas *este* vs. *aquele*, no qual o primeiro termo assinala proximidade e, o segundo, distância em relação a uma dada referência textual, espacial ou temporal.

Porém, surpreendentemente, esta supremacia da forma *este* mostra-se abalada depois de um curto espaço de tempo, pois já nos primeiros quinze anos do século XX, o uso do demonstrativo *este* diminui e, conseqüentemente, *esse* passa a ganhar mais espaço, embora, ainda, o uso de *este* responda por 64% das ocorrências.

Nas décadas de 60 e 70, observamos que o demonstrativo *esse* confirma a expectativa de predominância em relação a *este*, representando 68% das ocorrências entre as duas variantes. Temos, praticamente, uma inversão de predominância no uso das formas *este* e *esse*, num pequeno espaço de tempo, tal como podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 1¹: Percentual das ocorrências de *este* e *esse* entre o início do século XX e as décadas de 60/70 do mesmo século

	INÍCIO DO SÉCULO XX	DÉCADAS DE 60 E 70
Este	64%	32%
Esse	36%	68%

¹ O número absoluto dos dados da Tabela 1, bem como o das demais tabelas e gráficos poderá ser consultado no Apêndice de Tabelas que encontra-se no final deste trabalho.

Na década de 90, essa inversão no uso das formas *este* e *esse* torna-se mais evidente ainda: 18% de ocorrências da forma *este* para 82% da forma *esse*.

Esse fenômeno - mesmo que por hora tenha recebido apenas uma análise quantitativa - merece especial atenção num estudo de variação e mudança lingüísticas, visto que, como se sabe, um dado processo de variação numa dada língua, poderá ou não resultar em uma mudança que ocorre, geralmente, de maneira bastante lenta e gradual. E, em nossa pesquisa, observamos uma mudança no quadro de distribuição das variantes em apenas algumas décadas.

2.1. Análise da função sintática e da função referencial dos demonstrativos *este* e *esse*

Quantitativamente, pudemos identificar um fato bastante curioso do ponto de vista lingüístico em nossos dados, ou seja, a mudança de um sistema binário marcado pelas formas *este* vs. *aquele* durante todo o século XIX e início do século XX para outro, marcado pelas formas *esse* vs. *aquele* nas décadas de 60, 70 e 90 do século XX. Diante disso, resolvemos, por meio de uma análise qualitativa, tentar identificar o motivo (ou os motivos) que pode ter ocasionado tal mudança.

Em primeiro lugar, dividimos as ocorrências das formas demonstrativas *este* e *esse* de acordo com a função sintática desempenhada - adjetiva ou substantiva - para cada momento histórico considerado (tabela 2):

Tabela 2: Ocorrência das formas *este* e *esse* nas funções adjetiva e substantiva

	SÉCULO XIX		INÍCIO DO SÉCULO XX		DÉCADAS DE 60/70		DÉCADA DE 90	
Variantes	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>Este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>
Função Adjetiva	96%	4%	63%	37%	28%	72%	20%	80%
Função Substantiva	89%	11%	83%	17%	65%	35%	8%	92%

Ao analisarmos a tabela acima, percebemos que em função adjetiva, o demonstrativo *este* é expressivamente mais utilizado em comparação a *esse* durante todo o século XIX e início do XX. No entanto, a situação se inverte nas décadas de 60, 70 e 90 do século XX; nas décadas de 60 e 70 observamos uma frequência de uso da forma *esse* de aproximadamente 72 % e, em 90, de 80 %.

Em função substantiva, notamos que a forma mais utilizada - com exceção da década de 90 - é *este*, embora seja possível identificar que, em pontos percentuais, *esse* foi ganhando espaço no intervalo de tempo considerado: representa 11% dos casos do século XIX e 35% das ocorrências das décadas de 60 e 70 do século XX, chegando inclusive, a representar 92% do número de ocorrências na década de 90.

Quanto ao caráter referencial dos demonstrativos, ao dividi-los em dois grandes "blocos", isto é, exofóricos de um lado (referência espaço-temporal) e endofóricos de outro (referência textual), obtivemos os seguintes resultados:

² É importante observar que isso ocorre especificamente nesta situação, justamente pelo fato do demonstrativo estar acompanhando ("mostrando") uma dada imagem.

Tabela 3: Distribuição das formas *este* e *esse* segundo a função exofórica

Momento histórico	<u>Século XIX</u>		<u>Início do século XX</u>		<u>Décadas de 60 e 70</u>		<u>Década de 90</u>	
Variantes	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>
Função exofórica	99%	1%	94%	6%	80%	20%	58,5%	41,5%

Com essa divisão, parece-nos claro que em função exofórica, ou seja, dêitica, a forma *este* mostra-se mais produtiva que *esse* desde o século XIX até a década de 90 do século XX; porém, nesta última década, embora a forma predominante no uso exofórico seja *este*, notamos que tal forma perde bastante espaço para sua forma concorrente, pois representa apenas 58,5% das ocorrências. No entanto, é importante observar que o uso dêitico no *corpus* utilizado para a década de 90 é reforçado, na maioria das ocorrências, por uma imagem (foto ou desenho).

Dessa forma, com a união "pronome demonstrativo + imagem", o uso dêitico entendido acima de tudo como um *mostrador*, torna-se claro independentemente da forma utilizada (*este* ou *esse*)² para marcar tal referência. Acreditamos que seja por isso que, diferentemente dos demais períodos de tempo estudados, na década de 90 haja um certo equilíbrio entre as formas *este* (58,5%) e *esse* (41,5%) no uso exofórico. Observemos alguns exemplos retirados da revista *Capricho* da década de 90:

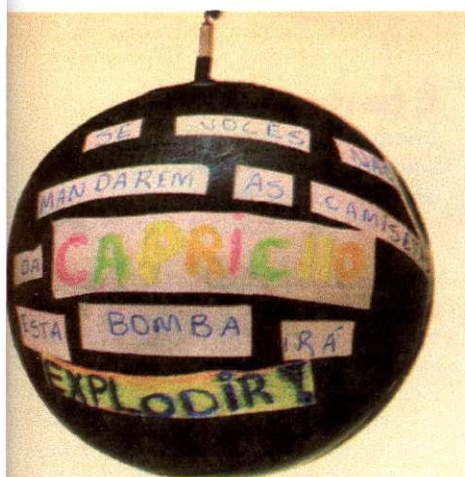
² É importante observar que isso ocorre especificamente nesta situação, justamente pelo fato do demonstrativo estar acompanhando ("mostrando") uma dada imagem.

(70) *Capricho*, novembro de 1990, p.6

69) *Capricho*, fevereiro de 1994, p.9

Imagem 2: Ídolo

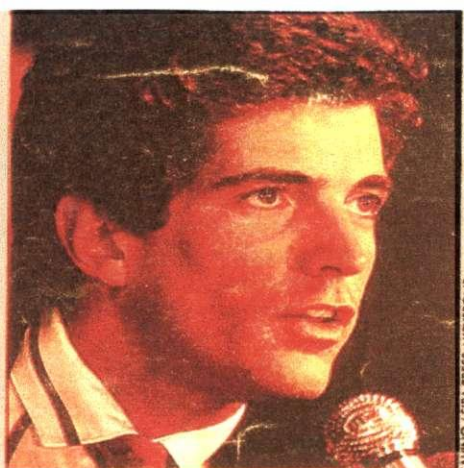
Imagem 1: Bomba



Que bomba!

Daniela S. Martins, 11 anos,
Diana de O. Alves, 12 anos,
Andréia Guedes Percílio, 15 anos,
São Paulo, SP

● Pelo amor de Deus, não acenda estê pavio. O moço do correio tá demorando, mas a gente jura que ele vai chegar com a sua camiseta.



Kennedy Jr.: o herdeiro do charme

Partidão

Não sabia que esse broto era tão broto assim. Fiquei ligadona no Kennedy Jr., "Acima de tudo um bom rapaz" (*Capricho*, agosto). Esse cara devia ir para o cinema e deixar a advocacia de lado. É muita beleza para uma sala de escritório.

Ana Lúcia Mello, Campinas, SP

(71) *Capricho*, março de 1996, p.12

Imagem 3: Boneco



Quanto ao fato da forma *este* perseverar por tanto tempo em função exofórica no português do Brasil, pelo menos no *corpus* por nós considerado, acreditamos que isso talvez esteja relacionado com a questão de proximidade e distância no tempo e no espaço que é superiormente mais forte no uso dêitico, já que na dêixis insere-se a noção de localização e, com a passagem de um sistema ternário bem marcado das três pessoas do discurso - tal como prevê a norma culta da língua portuguesa - para um binário, a noção "perto-longe" passa a ditar as regras

de localização. Assim, tende-se à preservação da forma de primeira pessoa (*este*) em oposição à de terceira pessoa (*aquele*), tal como no inglês moderno (*this vs. that*)

Por outro lado, ao analisarmos a função endofórica, identificamos uma mudança marcada pela inversão no uso dos demonstrativos, tal como podemos observar na tabela 4:

Tabela 4: Distribuição das formas *este* e *esse* segundo a função endofórica

Momento histórico	Século XIX		Início do século XX		Décadas de 60 e 70		Década de 90	
	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>	<i>este</i>	<i>esse</i>
Função endofórica	92,5%	7,5%	44%	56%	14,5%	85,5%	9,5%	90,5%

No século XIX, o pronome *este* responde por 92,5% do uso, porém, na década de 90 do século XX, esse percentual cai para cerca de 9,5%; ou seja, a forma *esse* passa a predominar com uma frequência de 90,5%.

Além disso, acreditamos que, possivelmente, a mudança da predominância das formas *este* e *esse* no decorrer do tempo, na qual verificamos a oposição *este vs. aquele* para o século XIX e início do XX e, *esse vs. aquele* para as décadas de 60, 70 e 90 do século XX, tenha sido motivada por uma ampliação do conceito de referência endofórica, haja vista termos encontrado em nosso *corpus* diferentes formas de estabelecer a referência anafórica, tal como apresentamos na tabela 5:

Tabela 5³: Distribuição endofórica das formas *este* e *esse* do século XIX a década de 1990

Momento histórico variantes	Século XIX		T.	Início do século XX		T.	Décadas de 60 e 70		T.	Década de 90		T.
	<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>	
Anáfora do tipo I	92% 70	8% 6	76	62,5% 15	37,5% 9	24	31% 5	69% 11	16	10% 2	90% 19	21
Anáfora do tipo II	97% 70	3% 2	72	43,5% 10	56,5% 13	23	17% 4	83% 20	24	15% 6	85% 34	40
Anáfora do tipo III	87% 53	13% 8	61	25% 6	75% 18	24	10% 7	90% 62	69	8% 9	92% 108	117

Ao observarmos o uso do pronome *este* no século XIX, em todas as manifestações endofóricas consideradas, verificamos que a frequência de uso de *este* é consideravelmente maior em relação a *esse*. Notamos também, um equilíbrio no uso do pronome *este*, nas referências por anáfora do tipo I, II e III, visto que o número percentual de ocorrências é semelhante:

- 92% de uso da anáfora do tipo I:

(72) "LIVRARIA São BENTO. Está em final liquidação esta livraria; portanto, quem quizer possuir pelo custo bons romances nacionais e estrangeiros é andar depressa."

(*A Notícia*, dezembro de 1898)

³ Como pode ser observado na Tabela 5, excluímos de nossa análise a Anáfora com elipse de nome, e isso se justifica pelo fato de que este tipo de referência mostrou-se pouco expressivo em todo *corpus*, independentemente do momento histórico considerado.

- 97% da anáfora do tipo II:

(73) "ARMAZÉM DO BUGRE. RUA DOS PESCADORES Número 17. Esta casa oferece ao respeitavel publico um completo e variado sortimento de fogos..."

(*Gazeta de Piracicaba*, julho de 1882)

- 87% da do tipo III:

(74) "A PENDULA MERIDIONAL, Relojoaria. Nesta officina sob a direcção de seu proprietario Braz Massari, faz-se com promptidão, solidez e barateza todo e qualquer serviço concernente a esta arte,..."

(*A Notícia*, dezembro de 1898)

Cabe observar que em comparação com os outros tipos, a anáfora do tipo III é a referência que tem a maior frequência relativa de *esse*.

Já no início do século XX, é possível perceber que a supremacia da forma *este* em relação a *esse* só ocorre no uso da anáfora do tipo I (15: *este*; 9: *esse*), tal como ilustra o exemplo (75):

(75) "O Menor Sebastião, filho de Sebastiana Anacleto do Amaral, ante-hontem de manhã, divertia-se, no quintal de sua casa na avenida 6 [ilegível] queimar fogos; quando ia accender uma bomba, esta explodiu, ..."

(*O Popular*, junho de 1904)

Por outro lado, nas anáforas do tipo II (10: *este*; 13: *esse*) - exemplo (76) - e III (6: *este*; 18: *esse*) - exemplo (77) - a forma *esse* mostra-se muito mais produtiva:

(76) " Estava cansado. Eu abaixo – assignado, declaro que soffri horivelmente de umas feridas numa perna, que cada dia ficavam mais feias e de um máu character; cansado, porém, de experimentar remédios estrangeiros e nacionaes, tive a felicidade de encontrar o sr. Pharmaceutico João da Silva Silveira, proprietario da pharmacia Popular, que aconselhou me para tomar o poderoso Elixir de Nogueira, Salsa, Caroba e Guayaco, e com effeito, fiz uso de algumas garrafas **desse preparado** e em pouco tempo fiquei radicalmente curado, ..."

(*O Alpha*, julho de 1911)

(77) "O abaixo assignado faz publico que não se considera devedor a ninguem de qualquer quantia e mesmo assim tem apparecido diversas contas em seu nome. Por **esse motivo** previne a esta praça e às demais com que mantem relações que só pagará contas contrahidas por escripto de seu proprio punho..."

(*O Popular*, julho de 1905)

Cabe observar que essa predominância se confirma nas décadas 60 e 70 do século XX, em que temos 20 ocorrências (83%) da forma *esse* para 4 (17%) da forma *este* no uso da anáfora do tipo II (exemplos 78 e 79) e, 62 ocorrências (90%) da forma *esse* para 7 (10%) da forma *este* no uso da anáfora do tipo III (exemplos 80 e 81):

(78) "... Dentes fixos só seriam por implantação e este tipo de tratamento apresenta uma série de dificuldades sendo, inclusive, motivo de controvérsias entre odontologistas. ..."

(*Grande Hotel*, dezembro de 1965)

(79) "Amo-a sinceramente e pretendo casar-me com ela, mas há uma coisa que me preocupa... - Atormentado de Araxá./ Francamente, não sei se há motivo para preocupação ou se não há. ... A mãe dessa garôta não deve ter a cabeça no lugar. Afinal ninguém convida uma pessoa para pernoitar em sua casa, não dispondo de acomodações..."

(*Capricho*, agosto de 1964)

(80) "Amamo-nos, mas a ex-namorada dêle apareceu fazendo escândalo e dizendo que se ele não fôr dela, não será de mais ninguém... - Indecisa nº 22 do interior. / Há realmente muitas môças assim, que depois de terminado um namôro insistem em renová-lo, com ameaças e escândalos. Ora, se o rapaz não quer, êsse truque não dará resultado. ..."

(*Capricho*, agosto de 1964)

(81) "... Sandra, seus problemas não devem deixá-la tão aflita. As varizes, no seu caso, estão aparecendo porque sua atividade profissional exige uma longa permanência de pé. Para prevenir o aparecimento de outras veias, você deve movimentar-se enquanto permanecer nesta posição..."

(*Grande Hotel*, outubro de 1977)

A partir das décadas de 60 e 70, o demonstrativo *esse* passa a ser a forma mais utilizada, também no uso da anáfora do tipo I:

(82) "... se você tiver complexo de inferioridade (principalmente naqueles dias...) você vai ganhar péssima nota. Para estar preparada: comece por esquecer para sempre as toalhinhas laváveis, tão antiquadas. Lembre-se que essas toalhinhas podem demonstrar falta de higiene!"

(*Capricho*, junho de 1967)

Notamos, inclusive, uma inversão no uso de *este* e *esse* em comparação com o início do século XX (1901-1915), na qual a forma *esse* salta dos 37,5% das ocorrências para 69%.

Quanto aos dados da década de 90, percebemos que estes comprovam a supremacia no uso de *esse* em todas as manifestações endofóricas por nós consideradas: 90% na anáfora do tipo I (exemplo 83), 85% na do tipo II (exemplo 84) e 92% na anáfora do tipo III (exemplo 85):

(83) " Quero muito viajar para Europa e gostaria de saber como faço para conseguir aquelas carteirinhas que dão descontos em hospedagem, transportes e utilidades culturais, preciso de todas as facilidades para economizar na viagem. Senão não dá? - Vânia de F. Melo, 16./ Realmente sua viagem ficará bem mais econômica se você tiver essas carteirinhas que são fornecidas pela STB..."

(*Capricho*, abril de 1990)

(84) "Gente, obrigadoooooooo! Emocionante a *Capricho* de outubro, principalmente a tão esperada matéria com o máximo dos máximos: Tom Cruise. Eu adorei, fiquei encantada, sabem por quê? Porque eu amo ESSE cara! - Cláudia Réder, 17.

(*Capricho*, janeiro de 1990)

(85) " Os testes de gravidez comprados nas farmácias são seguros?/ C. B., 16 anos/ Sim, desde que sejam feitos com todo o cuidado... O que não tem nada a ver é tentar seguir mil métodos malucos que se ouve falar por aí para a menstruação descer. Nessas, você maltrata seu organismo e não muda a situação".

(*Capricho*, maio de 1995)

O equilíbrio existente entre as formas *este* e *esse* no uso das anáforas do tipo I (*este*: 15; *esse*: 9) e II (*este*: 10; *esse*: 13) no início do século XX é desfeito nas décadas de 60, 70 e 90 do

século XX, já que a forma *esse* vai se consolidando gradativamente como forma dominante. Observando os dados das décadas de 60 e 70, percebemos que em todas as manifestações endofóricas consideradas no presente estudo, a forma *esse* predominou, principalmente nas referências por anáfora do tipo II (*este*: 4; *esse*: 20) e anáfora do tipo III (*este*: 7; *esse*: 62). Já na década de 90, os números percentuais dos diferentes tipos de referenciação endofórica com predominância do demonstrativo *esse* são bastante equilibrados: 90% de anáfora do tipo I, 85% de anáfora do tipo II e 92 % de anáfora do tipo III.

É interessante observar também que o uso endofórico por anáfora do tipo III mostra-se o mais produtivo desde o início do século XX até a década de 90 do mesmo século, em comparação com as anáforas do tipo I e II que são muito semelhantes, diferenciando-se apenas pelo aspecto estilístico envolvido no uso na anáfora do tipo II, já que esta retoma o referente por meio do demonstrativo acompanhado de um sinônimo do nome anteriormente expresso. Numa frase como "Comprei duas canetas", o referente (duas canetas) pode ser retomado - em função adjetiva, por exemplo - das seguintes formas:

(86) **Estas canetas** são para você levar à escola. (dem. + nome idêntico = anáfora do tipo I)

(87) **Estas esferográficas** são para você levar à escola. (dem. + nome sinônimo = anáfora do tipo II)

Como podemos observar, em (87), por meio da anáfora do tipo II, não há uma repetição no nome já mencionado, o que torna o texto esteticamente mais "polido". Cabe observar que o *corpus* do século XIX constitui-se, principalmente, de anúncios e de algumas declarações; portanto, parece-nos ser esperada a valorização da referência por anáfora do tipo II.

Quanto à maior expressividade da anáfora do tipo III em relação às anáforas do tipo I e II desde o início do século XX, principalmente nas décadas de 60, 70 e 90 que, inclusive, é o período em que nosso *corpus* aproxima-se infinitamente mais da língua falada, visto que se constitui basicamente de cartas, acreditamos que isso, provavelmente, esteja relacionado com o fato de a referência por este tipo de anáfora ser muito semelhante à referência endofórica da forma invariável dos demonstrativos referente à segunda pessoa gramatical. Como sabemos, o pronome *isso* muitas vezes é utilizado no português do Brasil, seja na língua escrita ou falada, para retomar toda uma ação ou idéia anteriormente mencionada que, às vezes, só pode ser compreendida se houver conhecimento compartilhado entre os participantes do discurso, no caso, leitora e revista, tal como ilustra o exemplo (88):

(88) "Ela chegou da escola, disse que teria prova no dia seguinte, mas que não iria estudar. *Isso* não pode acontecer."

Neste caso, o pronome *isso* retoma toda a idéia anteriormente citada. Além disso, embora não possamos tecer afirmações a respeito das formas invariáveis, visto que não foram consideradas em nosso trabalho, acreditamos na hipótese de que a anáfora do tipo III, em uma espécie de "uso análogo" ao demonstrativo *isso*, pode estar substituindo esse tipo de referência da forma invariável e, para tal, a forma variável, além de preservar fielmente a maneira que caracteriza a anáfora do tipo III de estabelecer a referência textual, utiliza-se do demonstrativo de segunda pessoa (*esse*), tal como ocorre com a forma invariável. Inclusive, percebemos que em vários exemplos do nosso *corpus*, poderíamos substituir o demonstrativo *esse* pelo *isso* sem alterar o sentido da referência por anáfora do tipo III; contanto, é claro, que se retire o nome

posposto ao pronome *esse*, pois, como se sabe, o uso das formas invariáveis dos demonstrativos da língua portuguesa só é possível em função substantiva.

Levando-se em conta tais observações, seguem abaixo os exemplos (89) e (90):

(89) "O contribuidor da Belleza! Belleza, hygiene e mocidade. Anti-echimosis Faral..._É soberano contra os rigores do tempo! Este poderoso especifico, de côr e perfume agradaveis, faz desaparecer completamente, sem offender a cutis, Sardas, Pannos, Rugas, Cravos, Espinhas e Manellas de qualquer natureza, que tanto desfigura a pessoa. Assim quem não quizer soffrer desse mal [ou *disso*], deve usar com empenho o Anti-Echimosis Faral..."

(*O Alpha*, dezembro de 1911)

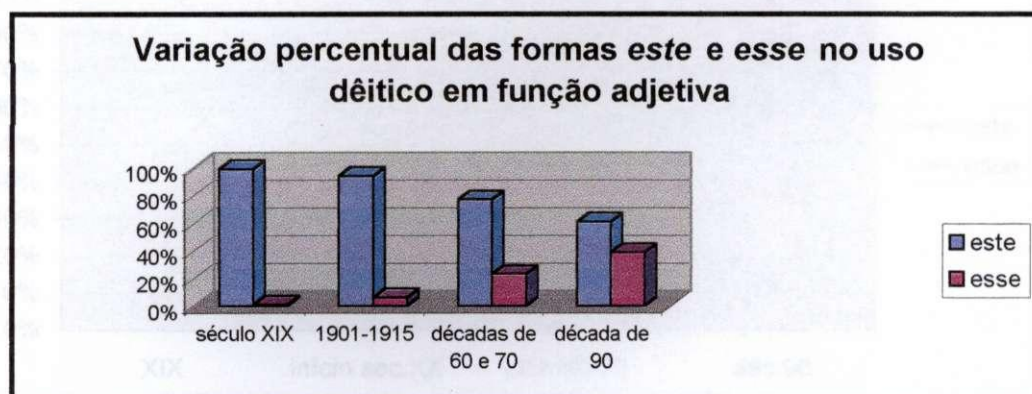
(90) "Estou procurando solteira ou viúva rica, para fins matrimoniais. Pode ser de qualquer idade ou côr... - Avelino J. S. / Quer dizer, que você só faz questão do dinheiro da noiva, não é? Não importa que seja branca ou preta, gorda ou magra, baixa ou alta, solteira ou viúva, boa ou má, desde que seja rica! Pois bateu em porta errada, Avelino! Eu não cuido desses casos! [ou *disso*]"

(*Capricho*, abril de 1963)

Cruzando as funções adjetiva e substantiva dos pronomes *este* e *esse* com as diferentes formas de referência, considerando os quatro períodos históricos, percebemos que tanto no uso exo-, quanto no uso endofórico, os demonstrativos mostram-se mais produtivos em função adjetiva. Unindo as formas *este* e *esse*, temos 369 ocorrências para o uso exofórico e, 511 para o uso endofórico em função adjetiva, contra 15 ocorrências para o uso exofórico e, 56 para o uso endofórico em função substantiva. Por esta razão, limitaremos nossa discussão à função adjetiva.

Ao analisarmos o uso exofórico desses pronomes, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 2



Como podemos observar, embora a forma *esse* cresça gradativamente no período que vai do século XIX até a década de 90 do século XX, **o demonstrativo *este* sempre predomina no uso exofórico, isto é, dêitico.**

Por outro lado, ao analisarmos o uso endofórico dos demonstrativos em função adjetiva, dividido em anáfora do tipo I, anáfora do tipo II e anáfora do tipo III, em cada período estudado, observamos que há uma inversão da forma mais utilizada, que de *este* passa a *esse*. Observemos os gráficos 3, 4 e 5:

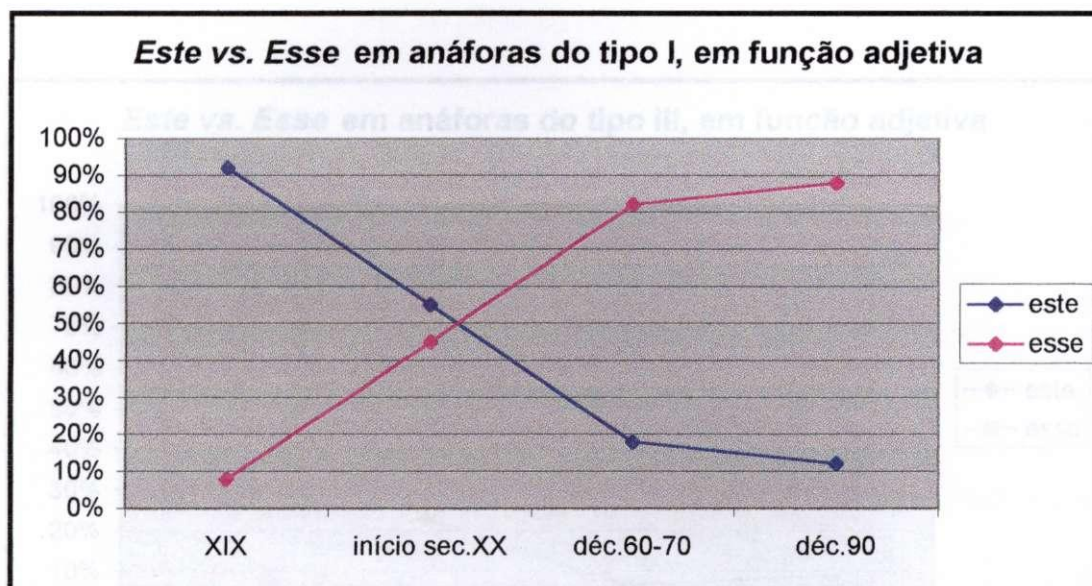
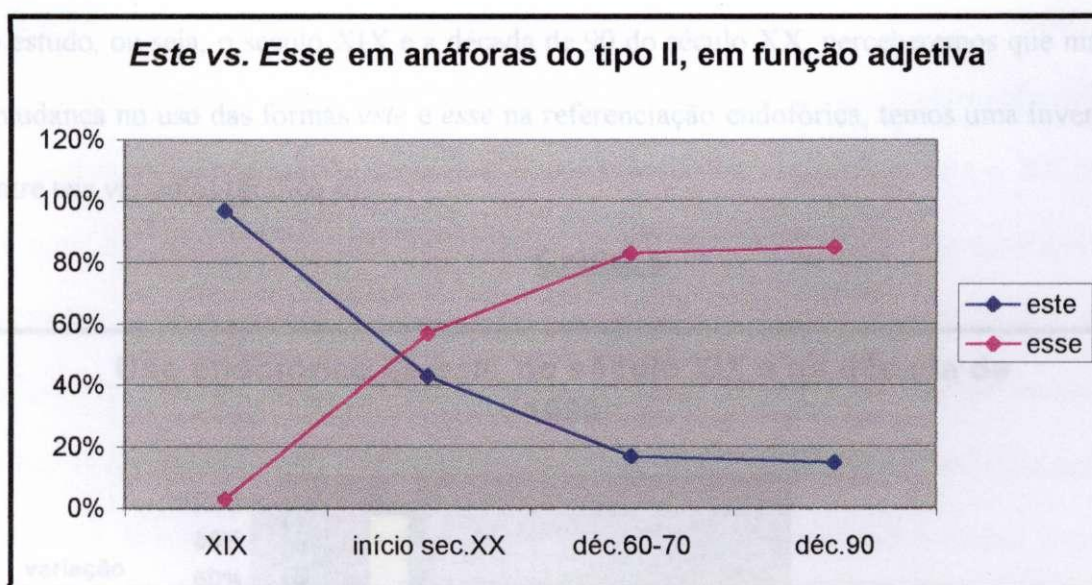
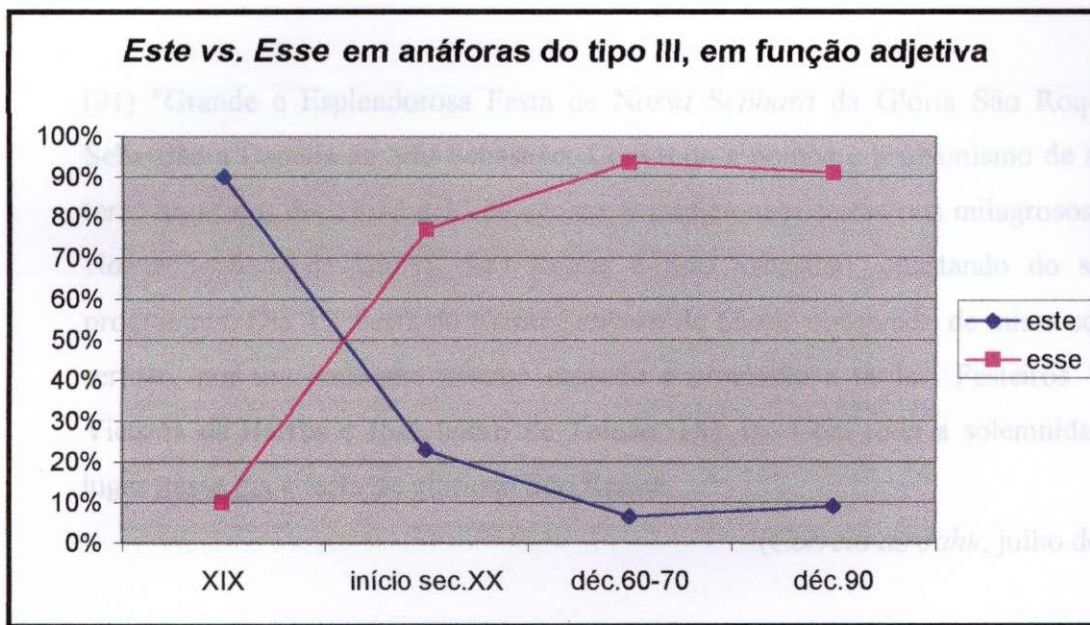
Gráfico 3**Gráfico 4**

Gráfico 5

Como pode ser visto, se compararmos as duas extremidades temporais consideradas em nosso estudo, ou seja, o século XIX e a década de 90 do século XX, perceberemos que mais que uma mudança no uso das formas *este* e *esse* na referência endofórica, temos uma inversão de uso entre tais variantes (gráfico 6):

Gráfico 6

Outro fato que nos chamou a atenção é que nas referências endofóricas, a relação "perto-longe" é satisfeita pela oposição *esse* vs. *aquele*, mesmo em situações em que a retomada esperada⁴ seria através da forma *este*, tal como no exemplo que se segue:

(91) "Grande e Esplendorosa Festa de Nossa Senhora da Gloria São Roque São Sebastião a Capella de São Sebastião. Com toda a pompa e brilhantismo de sempre, terão lugar nos dia 15,16 e 17 de agosto, 9 tradicionaes festas dos milagrosos santos Nossa Senhora da Gloria, São Roque e São Sebastião, constando do seguinte programma: Dia 15. Festa de Nossa Senhora da Gloria constando de missa solemne, sermão, por um eminente tribuno sagrado e procissão a tarde. Festeiros – Anna Victoria de Barros e José Izidro de Toledo. Dia 16. Com toda a solemnidade terá lugar nesse dia a festa do glorioso São Roque, ..."

(*Correio do Jahu*, julho de 1897)

Tais considerações nos levam a crer na hipótese de que a língua portuguesa do Brasil tende a preservar um sistema binário marcado pelas formas *este* vs. *aquele* no uso exofórico (dêitico) e *esse* vs. *aquele* no uso endofórico. Talvez isso constitua um dos motivos envolvidos na brusca mudança observada no sistema dos demonstrativos do século XIX para o XX, no qual observamos, em uma análise quantitativa geral, uma mudança das formas responsáveis pela representação do sistema binário dos demonstrativos: *este* vs. *aquele* (século XIX) e *esse* vs. *aquele* (século XX). Do ponto de vista qualitativo, percebemos que, ao mesmo tempo que a forma *este* se consolida no uso dêitico no decorrer dos anos estudados, acaba perdendo espaço no uso anafórico, levando-nos a crer que a língua - ainda se acomodando com o caráter binário dos

⁴ Retomada esta baseada no sistema ternário: *este* assinalando proximidade do falante, *esse* proximidade do ouvinte e *aquele* distante dos campos do falante e do ouvinte.

demonstrativos, verificado desde o latim vulgar - tenha proposto um equilíbrio entre as formas *esse* e *este* num sistema binário já consolidado, dividindo-o da seguinte forma:

Quadro 8

Sistema dos pronomes demonstrativos no português brasileiro do século XX	
USO EXOFÓRICO	USO ENDOFÓRICO
<i>este vs. aquele</i>	<i>esse vs. aquele</i>

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

Binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: uma especialização das formas

Através de um estudo teórico acerca dos pronomes demonstrativos, constatamos que, embora a norma culta da língua portuguesa defina o sistema desses pronomes como um sistema ternário bem marcado pelas três pessoas do discurso (*este* vs. *esse* vs. *aquele*), desde o latim vulgar o sistema dos demonstrativos mostra-se, de fato, binário.

Esse binarismo pode ser constatado não só no latim vulgar, como também no clássico, bem como no português arcaico, no português clássico e no português do século XX. No entanto, embora há anos o sistema pronominal dos demonstrativos tenha se mostrado binário em seu uso, a norma da nossa língua insiste na existência de um sistema ternário e, com o apoio das escolas, mantém tal concepção "viva", pelo menos do ponto de vista teórico.

Talvez, inclusive, seja por isso que as formas *este* e *esse* continuem sempre coexistindo ao longo do tempo, visto que não podemos, em nenhum período de tempo estudado, afirmar que as formas *este* ou *esse* tenham caído em desuso. O que podemos observar é uma predominância de usos, ora de *este* - praticamente em todo o período estudado, ou seja, do latim vulgar até o século XIX -, ora de *esse* - décadas de 60 a 90 do século XX. É importante observar que no início do século XX, mais precisamente entre 1901 a 1915, constatamos em nosso corpus um período de um certo equilíbrio no uso das variantes *este* e *esse*, principalmente no uso endofórico.

Observamos que o sistema binário dos demonstrativos, consolidado no uso pela oposição *este* vs. *aquele* há anos, muda bruscamente já no início do século XX. A fim de tentarmos identificar o motivo (ou motivos) que teria motivado ou influenciado tal mudança, procuramos, através da análise dos dados, no qual estabelecemos um estudo descritivo-comparativo entre as formas *este* e *esse* desde o século XIX até a década de 1990, verificar o comportamento desses pronomes segundo a função sintática - adjetiva e substantiva - e a função referencial - exo- e

endofórica. Com isso, percebemos que a compreensão do fenômeno dependia de uma revisão do conceito de anáfora, de modo a refletir mais fielmente o uso.

Em nosso trabalho, identificamos a existência de diferentes tipos de anáfora, as quais denominamos *anáfora do tipo I*, *anáfora do tipo II* e *anáfora do tipo III* (cf. cap.3). Estabelecemos tal segmentação, por acreditarmos que essas diferenças no uso endofórico ao se estabelecer a retomada de um dado referente, poderiam estar ligadas ao fenômeno de variação e mudança dos pronomes demonstrativos; de fato, estavam.

Levando em conta essa revisão do conceito "anáfora", foi possível constatar uma certa **especialização no uso das formas *este* e *esse***, no qual notamos a oposição *esse* vs. *aquele* para caracterizar o uso endofórico e *este* vs. *aquele*, para o uso exofórico, visto que a forma *este* sempre predominou no uso dêitico. Através dessa especialização, nenhuma das variantes cai em desuso, apenas assumem funções diferentes dentro do sistema pronominal. Essa tendência à *especialização das formas *este* e *esse** parece ser uma excelente alternativa, por parte da língua, para equilibrar a constante variação que vem caracterizando o uso dos demonstrativos no português do Brasil. Afinal, dessa forma, a língua consegue preservar as três formas demonstrativas relativas às três pessoas do discurso (eu, tu e ele), isto é, *este*, *esse* e *aquele*.

Quanto aos motivos que podem ter influenciado na escolha da oposição *este* vs. *aquele* para caracterizar o uso exofórico e, *esse* vs. *aquele* para o uso endofórico, acreditamos que a oposição observada no uso exofórico encontre respaldo no fato de que, sendo o dêitico um "localizador" espaço-temporal, a noção "perto-longe" apresenta-se mais evidente ao opormos os demonstrativos de primeira e terceira pessoas.

Assim, acreditando num fenômeno de *especialização das formas*, teríamos, conseqüentemente, a oposição *esse* vs. *aquele* para marcar o uso endofórico. Porém, cabe observar que não acreditamos que a oposição *esse* vs. *aquele* esteja relacionada somente com o

fato de *este* ter se consolidado no uso dêitico, "restando" a *esse*, o uso endofórico. Constatamos que outros fatores estão envolvidos nessa escolha. Por exemplo, a anáfora do tipo III que, conforme pôde ser visto em nossa análise (cf. cap.3,72-102), mostrou-se a anáfora mais produtiva desde o início do século XX por meio do demonstrativo *esse*, parece existir há muito tempo e de forma bastante produtiva em nossa língua, por meio da forma invariável dos demonstrativos referente à segunda pessoa gramatical. Como sabemos, o pronome *isso* muitas vezes é utilizado no português do Brasil, seja na língua escrita ou falada, para retomar toda uma ação ou idéia anteriormente mencionada.

Além disso, embora não tenhamos trabalhado com as formas invariáveis e, portanto, não possamos fazer afirmações a respeito delas, acreditamos na hipótese de que o demonstrativo *esse*, por meio anáfora do tipo III, pode estar substituindo a função de *isso* nesse tipo de referência. Talvez seja por isso que a função adjetiva tenha se mostrado tão expressiva em nosso *corpus*; afinal, se *esse* estiver de fato assumindo a função textual de *isso* através da anáfora do tipo III, parece-nos esperado que, conseqüentemente, o uso da função adjetiva aumente, pois para estabelecer tal referência, na maioria dos casos a forma *esse* apresentar-se-á em função adjetiva, unindo-se a um nome para estabelecer a retomada do referente, visto que as formas invariáveis dos demonstrativos em língua portuguesa jamais podem ocorrer em função adjetiva.

Outro aspecto a ser considerado nessa discussão é que acreditamos que o fato da escolha da forma *esse* preponderar neste tipo de anáfora esteja relacionado ao fato de que, além da forma variável preservar fielmente a maneira de estabelecer a anáfora do tipo III pela forma invariável, utiliza-se do demonstrativo de segunda pessoa (*esse*), assim como ocorre com a forma invariável (*isso*) (cf. p.97 desta dissertação).

Ao concluirmos nossa pesquisa, percebemos que, provavelmente, muitos outros fatores internos e externos à língua podem estar envolvidos no fenômeno de variação e mudança

presente no sistema dos pronomes demonstrativos do português do Brasil. Portanto, sabemos que este estudo não se esgota com o término deste trabalho.

Outros fatores, tal como o *status informacional do referente*, assim como propõe Prince (1979) através das categorias "evocado" e "novo", na qual a primeira refere-se a algo mencionado num discurso anterior ("textualmente evocado") ou presente no contexto físico em que se desenvolve o discurso em questão ("contextualmente evocado") e, a segunda, a algo que é mencionado pela primeira vez no discurso, acreditamos poderem estar relacionados com o fenômeno da especialização das formas que propomos neste trabalho.

Além disso, julgamos relevante para um maior aprofundamento no estudo do sistema dos pronomes demonstrativos, a questão do matiz afetivo que, por vezes, está inserido na relação "pronome demonstrativo + nome", tal como pode ter ocorrido no português arcaico (cf. cap.2, 57-59), ocorria, segundo Brandão (1963), no português clássico e, atualmente, pode ser observado em determinados contextos, tanto de fala, quanto de escrita.

Infelizmente, tais fatores não puderam ser considerados neste momento devido a restrições de tempo para desenvolver tal estudo (apenas dois anos), porém, deixamos aqui algumas hipóteses para reflexão e o comprometimento de novas pesquisas nesta área.

dele e de sua irmã. “E quando os dois irmãos chegaram ao primeiro tribunal, de dois irmãos, a diferença entre eles era tanta que se pareciam com dois irmãos diferentes. O primeiro irmão, o mais velho, era um homem de estatura alta, de cabelos escuros, com uma barba bem cuidada, e um sorriso que parecia iluminar o rosto. O segundo irmão, o mais novo, era um homem de estatura baixa, com cabelos claros e uma expressão mais séria. Ambos os irmãos foram conduzidos a uma sala de audiências, onde foram apresentados ao juiz. O juiz, um homem de meia idade, com uma barba branca e um olhar penetrante, ouviu as explicações de ambos os irmãos. Depois de alguns minutos, ele fez uma pausa e disse: “Vou precisar de mais informações sobre o caso. Vou chamar alguns especialistas para fazerem uma investigação mais aprofundada. Enquanto isso, vocês dois ficarão aqui sob custódia. Não tentem fugir, caso contrário, as consequências serão graves.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. (2010). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 15, no. 1, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol15no1/15n1_01.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2012). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 17, no. 2, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol17no2/17n2_02.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2014). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 19, no. 3, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol19no3/19n3_03.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2016). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 21, no. 4, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol21no4/21n4_04.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2018). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 23, no. 5, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol23no5/23n5_05.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2020). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 28, no. 6, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol28no6/28n6_06.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2022). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 31, no. 7, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol31no7/31n7_07.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALMEIDA, J. (2024). “A diferença entre os dois irmãos”. In: *Revista de Psicologia*, vol. 33, no. 8, pp. 1-10. Disponível em: http://www.revista.depsis.org.br/vol33no8/33n8_08.pdf. Acesso em: 10/05/2015.

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1964.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE PESQUISA (ANEP). *Critério de classificação econômica Brasil*. Disponível em <<http://www.anep.org.br>> Acesso em 15 jul. 2003.

ARRUDA, J. J.; PILLETI, N. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990. v.1.

BECHARA, E. A sintaxe dos demonstrativos em: a mulher do vizinho. *Littera*, Bonn, n.5. 58-67, maio-ago., 1972.

BENVENISTE, E. *O homem na linguagem*. 2. ed. Lisboa: Veja Ed., 1992.

BRANDÃO, C. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1974.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Liv. Padrão, 1975.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa*. 3. ed., 1986.

CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CASTILHO, A. T de. *Análise preliminar dos demonstrativos na norma culta de São Paulo*. Anais de Seminários do GEL: 30-35, 1978.

_____. Para um programa de pesquisa sobre a história social do português de São Paulo: formação da sociedade paulista. In: MATTOS e SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro*, 1998, v.2. No prelo.

_____. *Os mostrativos do português falado*. In: Gramática do Português Falado. Campinas, 1993: 119-145. v.3.: As abordagens.

CHAVES de MELLO, Gladstone.. *A classificação das palavras*. In: Iniciação à Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1971: 197- 213.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo, 1979.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica., 1970.

DIAS, A. E. da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5.ed.Lisboa: Liv. Clássica, 1970.

DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1972.

EPSTEIN, I. *O signo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FARACO, C. A. . *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FROMKIN, V.; RODMAN, R. *Introdução à linguagem*. Coimbra: Liv. Almeida, 1993.

GLEASON Jr., H.A. *Introdução à lingüística descritiva*. Lisboa: Fundação Caloustre Gulbenkian, 1961.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. DE A. *E os preços eram commodos... : anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. 4.ed. Ática, São Paulo, 1995.

HALLIDAY, M.A.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA (IBOPE). *Pesquisas especiais*, 1951, Vol. 10, Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH/ Unicamp.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA (IBOPE). *Pesquisas especiais*, 1954, Vol. 2-15, Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH/ Unicamp.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

JUNGBLUTH, Konstanze. Two and three-dimensional deictic systems between speech and writing: Evidences from the use of demonstratives in romanian languages. 1999. Disponível em <<http://www.lili.uni-bielefeld.de/~deixis/rader/node15.html>>. Acesso em 13 dezembro de 2002.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Un. of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. Ensaios 61. São Paulo: Ática, 1979.

LHORENT, R.C. *La teoria del lenguaje de Carlos Bühler*. Madrid, 1941.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2

MARCUSCHI, L.A. *Análise da conversação*. 5. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2003.

MARTINET, A. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

MARTINS, N.S. *História da língua portuguesa*. Série Fundamentos. Ed. Ática. São Paulo, 1988. v. 5: século XIX

MATEUS, M.H.M.; BRITO, A.M.; DUARTE, I.S. e FARIA, I.H. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. São Paulo: Vozes, 1989.

MAURER, T. H. J. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1959.

MIRA, M.C. *O leitor e banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'água/ FAPESP, 2001.

ORTEGA, S.V. *Fundamentos de morfología*. Espanha: Editorial Sintesis, 1993.

PAVANI, S. *Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto de São Paulo*, 1987. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1987.

PINTO, E.P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978.

PONTES, E. Os determinantes em português. In: *Tempo Brasileiro* (53/54: 145-165), 1978.

PRINCE, E.F. Toward a Taxonomy of given - new information. In: *Radical Pragmatics*. COLE, Peter. (Org.). New York, Academic Press, 1981.

ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, A. D. *Os demonstrativos do português: descrição morfológica sincrônica e superficial*. VII Anais de Seminários do GEL: 64-66. Mogi das Cruzes, 1978.

RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv., 2003.

ROSA, M.C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2002.

SAMPAIO, J. S.; BAPTISTA, O. P. *Gramática da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Porto editora, [19-?].

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1916.

SILVEIRA BUENO, F. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1958.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

SULLEROT, E. *La presse féminine*. Paris: Armand Colin, 1963.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 7. ed. São Paulo: Série Princípios, 2001.

WARTBURG, W.; ULMANN, S. *Problemas e métodos da lingüística*. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. Versão francesa de Pierre Maillard do original alemão. São Paulo: Difel, 1975.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In LEHMAN, W.P. e MALKIEL, Y., (Ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Apêndice A - Ocorrência dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* nos anúncios e declarações de jornais do século XIX

ESTE	ESSE	TOTAL
450 (96%)	19 (4%)	469

Apêndice B - Ocorrência dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* nas declarações de jornais do início do século XX

ESTE	ESSE	TOTAL
77 (64%)	43 (36%)	120

Apêndice C - Ocorrência dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* em revistas femininas das décadas de 60/70 do século XX

ESTE	ESSE	TOTAL
48 (32%)	103 (68%)	151

Apêndice D - Ocorrência dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* em revistas femininas da década de 90 Do século XX

ESTE	ESSE	TOTAL
41 (18%)	181 (82%)	222

Apêndice E - Distribuição das formas *este* e *esse* em função adjetiva, do século XIX à década de 90 do século XX

	SÉC. XIX	INÍCIO DO SÉC. XX	DÉC. DE 60/ 70	DÉC. DE 90
Este	96% 426	63% 72	28% 37	20% 39
Esse	4% 16	37% 42	72% 97	80% 157

Apêndice F - Distribuição das formas *este* e *esse* em função substantiva, do século XIX à década de 90 do século XX

	SÉC. XIX	INÍCIO DO SÉC. XX	DÉC. DE 60/ 70	DÉC. DE 90
Este	89% 24	83% 5	65% 11	8% 2
Esse	11% 3	17% 1	35% 6	92% 24

Apêndice G - Distribuição das referências exo- e endofórica das formas *este* e *esse*, do século XIX à década de 90 do século XX

Momento histórico	<u>Século XIX</u>		T.	<u>Início do século XX</u>		T.	<u>Décadas de 60 e 70</u>		T.	<u>Década de 90</u>		T.
Variantes	<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>	
Função exofórica	99%	1%		94%	6%		80%	20%		59%	41%	
	251	3	254	46	3	49	32	8	40	24	17	41
Função endofórica	92,5%	7,5%		44%	56%		14,5%	85,5%		41%	59%	
	199	16	215	31	40	71	16	95	111	17	164	181

Apêndice H - Distribuição endofórica das formas *este* e *esse*, do século XIX à década de 90 do século XX

Momento histórico	<u>Século XIX</u>		T.	<u>Início do século XX</u>		T.	<u>Décadas de 60 e 70</u>		T.	<u>Década de 90</u>		T.
Variantes	<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>		<i>este</i>	<i>esse</i>	
Anáfora do tipo I	92% 70-	8% 6	76	62,5% 15	37,5% 9	24	31% 5	69% 11	16	10% 2	90% 19	21
Anáfora com elipse	100% 6	0% 0	6	0% 0	0% 0	0	0% 0	100% 2	2	0% 0	100% 3	3
Anáfora do tipo II	97% 70	3% 2	72	43,5% 10	56,5% 13	23	17% 4	83% 20	24	15% 6	85% 34	40
Anáfora do tipo III	87% 53	13% 8	61	25% 6	75% 18	24	10% 7	90% 62	69	8% 9	92% 108	117

Apêndice I - Distribuição das referências exo- e endofórica das formas *este* e *esse*, em função adjetiva e substantiva no século XIX

	FUNÇÃO ADJETIVA (ESTE)	FUNÇÃO ADJETIVA (ESSE)	FUNÇÃO SUBSTANTIVA (ESTE)	FUNÇÃO SUBSTANTIVA (ESSE)
Dêixis	99% 246	1% 3	100% 5	0% 0
Anáfora do tipo I	92% 57	8% 5	93% 13	7% 1
Anáfora com elipse de nome	100% 1	0% 0	100% 5	0% 0
Anáfora do tipo II	97% 70	3% 2	0% 0	0% 0
Anáfora tipo III	90% 52	10% 6	33% 1	67% 2

Apêndice J - Distribuição das referências exo- e endofórica das formas *este* e *esse*, em função adjetiva e substantiva no início do século XX

	FUNÇÃO ADJETIVA (ESTE)	FUNÇÃO ADJETIVA (ESSE)	FUNÇÃO SUBSTAN- TIVA (ESTE)	FUNÇÃO SUBSTAN- TIVA (ESSE)
Dêixis	94% 46	6% 3	0% 0	0% 0
Anáfora do tipo I	55% 11	45% 9	100% 4	0% 0
Anáfora com elipse de nome	0% 0	0% 0	0% 0	0% 0
Anáfora do tipo II	43% 10	57% 13	0% 0	0% 0
Anáfora do tipo III	23% 5	77% 17	50% 1	50% 1

Apêndice K - Distribuição das referências exo- e endofórica das formas *este* e *esse*, em função adjetiva e substantiva nas décadas de 60 e 70 do século XX

	FUNÇÃO ADJETIVA (ESTE)	FUNÇÃO ADJETIVA (ESSE)	FUNÇÃO SUBSTAN- TIVA (ESTE)	FUNÇÃO SUBSTAN- TIVA (ESSE)
Dêixis	77% 27	23% 8	100% 5	0% 0
Anáfora do tipo I	18% 2	82% 9	60% 3	40% 2
Anáfora com elipse de nome	0% 0	100% 2	0% 0	0% 0
Anáfora do tipo II	17% 4	83% 20	0% 0	0% 0
Anáfora do tipo III	6,5% 4	93,5% 58	43% 3	57% 4

Apêndice L - Comparativo da distribuição endofórica das formas *este* e *esse*, em função adjetiva, do século XIX com as décadas de 60 e 70 do século XX

Função adjetiva				
Período analisado	Século XIX		Décadas de 60/70 (século XX)	
Variante	<i>Este</i>	<i>Esse</i>	<i>Este</i>	<i>Esse</i>
<i>Anáfora</i>	92% 57	8% 5	18% 2	82% 9
<i>Anáf. c/ elipse de nome</i>	100% 1	0% 0	0% 0	100% 2
<i>Anáfora mod. TipoI</i>	97% 70	3% 2	17% 4	83% 20
<i>Anáfora mod. TipoII</i>	90% 52	10% 6	6,5% 4	93,5% 58